



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE GUARABIRA
CENTRO HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARCOS FELIPE SOARES DE OLIVEIRA

**RUMOS E METAMORFOSES DE UM CORONEL: A TRAJETÓRIA DE GENTIL
LINS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE E O CORONELISMO NA PARAÍBA
(1910-1935)**

**GUARABIRA
2020**

MARCOS FELIPE SOARES DE OLIVEIRA

RUMOS E METAMORFOSES DE UM CORONEL: A TRAJETÓRIA DE GENTIL LINS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE E O CORONELISMO NA PARAÍBA (1910-1935)

Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do Título de Licenciatura em História.

Área de concentração: Coronelismo, Poder Econômico e Política.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

GUARABIRA 2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48r Oliveira, Marcos Felipe Soares de.

Rumos e metamorfoses de um coronel [manuscrito] : a trajetória de Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque e o coronelismo na Paraíba (1910-1935) / Marcos Felipe Soares de Oliveira. - 2020.

71 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2020.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Coronelismo. 2. Poder Econômico. 3. Política. I. Título

21. ed. CDD 981.33

MARCOS FELIPE SOARES DE OLIVEIRA

RUMOS E METAMORFOSES DE UM CORONEL: A TRAJETÓRIA DE GENTIL LINS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE E O CORONELISMO NA PARAÍBA (1910-1935)

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Área de concentração: Coronelismo, Poder Econômico e Política.

Aprovada em: 27/11/2020.

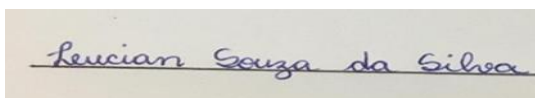
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Sinuê Neckel Miguel
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Lucian Souza da Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico este trabalho ao meu pai José Marcos, *In Memoriam*, que nunca será esquecido; à minha mãe Marineide, à minha esposa Juliete e minha irmã Izabela que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador, o Deus maior que sempre me abençoou com força e coragem.

Ao professor Dr. Cristiano Christillino, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação. Obrigado pela paciência e atenção no percurso de todo o trabalho, assim como o tratamento excelente através de sua simplicidade que sempre teve comigo.

A minha mãe Marineide que sempre ajudou e motivou acreditando na minha capacidade, trazendo uma confiança que me fazia sempre continuar. Agradeço, também a minha irmã que sempre me ajudou.

A minha esposa e companheira Juliete por estar ao meu lado em todos os momentos, me aconselhando, ajudando e orientando. Foram dela as primeiras orientações sobre a vida universitária na UEPB.

Agradeço aos meus colegas de turma, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso, principalmente Cleyton e Carlos que sempre me ajudaram com suas vastas experiências desde o início desta pesquisa. Cleyton que muito me aconselhou em suas conversas sobre a minha pesquisa, as quais foram de fundamental ajuda no percurso desta caminhada.

Ao amigo Nilson agradeço pelo auxílio na busca pelos inventários, que ajudaram no desenvolvimento e avanço deste trabalho.

Aos funcionários da UEPB, e todos que fazem o departamento do curso de História, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

“Coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”.

(Victor Nunes Leal)

RESUMO

O presente trabalho disserta sobre o poder do coronel Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque, entre as décadas desde 1910 até 1935, baseando-se pelo local de poder entre a cidade de Cruz do Espírito Santo e Sapé, no estado da Paraíba, mostrando o poder da oligarquia estadual que gerava rede de chefes locais nos municípios. O coronel Gentil Lins, depois do casamento, recebe do sogro as terras de Pacatuba, passando a ser conhecido como agricultor. Fundou, ao passar dos anos, o Engenho Senhor do Bom Fim que transformou em Usina tempos depois. Em suas terras, o coronel foi o primeiro da região a se utilizar da queda d'água da cachoeira de Pacatuba, transformando-a em hidroelétrica, levando, assim, energia para sua usina. Debruçamo-nos sobre os parâmetros políticos, como também seu engajamento no setor industrial, pois percebemos que o coronel teve atividades agrícolas em escala industrial, trabalhando com a cana de açúcar e algodão, na região. Em seu início na política e seu engajamento nas eleições para presidente da Paraíba e Deputados, coronel Gentil Lins mostra sua força política sempre obtendo a proximidade com os presidentes do Estado, isso aconteceu com o presidente João Suassuna, que o escolheu para ser o primeiro prefeito de Sapé, cidade emancipada em 1925, depois tendo livre acesso ao governo do Presidente João Pessoa. É evidente sua força econômica através dos itens no inventário *post-mortem* de sua esposa. Em suas atividades encontramos o coronel Gentil Lins como sócio nas empresas de fornecimento de energia elétrica e de estradas e rodagens; uma de suas empresas aparece prestando serviços para o governo do Estado da Paraíba, nas construções de algumas estradas. Esse trabalho busca evidenciar o processo de adaptação do coronel quando estudos mostram que, no final da década de 1920, os coronéis estavam perdendo sua força econômica e política. Assim, a partir de uma pesquisa de caráter bibliográfica, podemos discutir tanto o contexto histórico do período como também do objeto em estudo.

Palavras-Chave: Coronelismo, Poder Econômico e Política.

ABSTRACT

This paper analyzes the power of Colonel Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque between the decades from 1910 to 1935, based on the place of power between the city of Cruz Espirito Santo and Sapé in the state of Paraíba. Showing the power of the state oligarchy that generated a network of local chiefs in the municipalities. Colonel Gentil Lins after the wedding, receives the lands of Pacatuba from his father-in-law, becoming known as a farmer he founded over the years, the wit Mr do Bom Fim, which he transformed into a Mill later. In his lands, the colonel was the first in the region to use the waterfall of the Pacatuba waterfall, transforming it into a hydroelectric plant, thus bringing energy to his plant. We look at the political parameters as well as their engagement in the industrial sector, we will notice that the colonel investigated had industrial agricultural activities working with sugar cane and cotton in the region. In his beginning in politics and his engagement in the elections for president of Paraíba and Deputies, Colonel Gentil Lins shows his political strength always getting close to the presidents of the State, this happened to President João Suassuna, where he was chosen to be the first mayor de Sapé city emancipated in 1925, after having access to a book under the government of President João Pessoa. His economic strength is evident through the items in his wife's post-mortem inventory. In his activities, we found Colonel Gentil Lins as a partner in the electric power supply and road and highway companies; one of his companies appears providing services to the government of the state of Paraíba in the construction of some roads. This work seeks to highlight the colonel's adaptation process when studies show that in the late 1920s colonels were losing their economic and political strength. Thus, from a bibliographic research, we can observe both the historical context of the period as well as the object under study.

Keywords: Colonelism, Economic and Political Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADRO

Figura 1 –	Coronel Gentil Lins.....	26
Figura 2 –	Coronel Gentil Lins em seu Ford Baratinha.....	35
Figura 3 –	Casarão do Engenho Pacatuba.....	46
Figura 4 –	Notícia do acidente na comitiva da Aliança Liberal.....	59
Quadro 1 –	Vínculos dos Genros do Coronel Gentil Lins	52

Sumário

Introdução	13
1. O coronelismo na historiografia.....	15
2. O coronelismo na Paraíba entre as décadas de 1910 e 1930.....	18
2.1 Cruz do Espírito Santo.....	21
2.2 Sapé	23
3. O Coronel Gentil Lins: trajetória e fortuna	25
3.1 As adaptações do coronel Gentil Lins na Década de 1920	37
3.2 O Inventário de Alice Vieira Lins.....	44
4. O Coronel Gentil Lins e sua aproximação com João Pessoa, Revolta de Princesa e eleição de 1930	49
4.1 Pós-revolução de 1930	61
5. Consideração Final	66
Referências	69

Introdução

O presente trabalho analisa o poder do coronel Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque, através de suas metamorfoses, sobretudo na relação de poder no vale do Rio Paraíba, precisamente entre a cidade de Cruz do Espírito Santo, depois passando para a cidade de Sapé, entre os períodos de 1910 a 1930. A pesquisa foi baseada em análise bibliográfica e documental, tais como: a análise de jornais e revistas de diferentes períodos.

Buscando evidenciar as metamorfoses do Coronel Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque, na tentativa de analisar as suas transformações, inicialmente, pela relação de poder em sua vasta propriedade e, depois, na política como chefe local de Sapé, assim como analisando sua influência local e seu poder econômico, como sua relação de poder estadual e federal, do mesmo modo mostrando suas práticas clientelista, paternalista e mandonista.

O primeiro capítulo aborda a historiografia acerca do coronelismo, mandonismo e clientelismo, sendo utilizados os contextos de Victor Nunes Leal¹, José Murílio de Carvalho² e Lilia Schwarcz³ na tentativa de evidenciar os contrapontos. Sendo, a partir desta ideia de poder do coronelismo, que podemos interligar ao objeto de estudo.

No segundo capítulo é mostrada a oligarquia dominante na Paraíba entre 1911 a 1930, passando a ter como mandatário o senhor Epiácio Pessoa que, mesmo fora do estado, dominava e determinava as regras políticas que deveriam ser adotadas, sendo seguidas desde a escolha de um nome para o cargo de presidente do estado até o nome de chefe local nos municípios. O capítulo ainda mostra o início da cidade de Cruz do Espírito Santo e Sapé ocasionando a ligação entre os municípios e o início político e de poder do coronel Gentil Lins.

O terceiro capítulo apresenta a extensão da família Lins, a força da família com propriedades e engenhos pertencentes ao vale do Rio Paraíba. De família

¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

² CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados [online]. 1997, vol. 40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: 20 de https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acesso em 20 de abr. 2019

³ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

tradicional da linhagem familiar dos Lins cresceu seu poderio econômico na Várzea do Paraíba, com vários engenhos. Assim, o coronel Gentil Lins cresceu no engenho Maravalha, cujo proprietário era o seu pai, o Capitão João Lins de Albuquerque.

O início da atividade econômica do coronel Gentil Lins que provocou crescimento em seu desenvolvimento, passando de agricultor até chegar como produtor, chefe local e político. Neste período o coronel passa a residir nas terras doadas pelo sogro após seu casamento. Com esta proximidade com o sogro depois do casamento, os dois conseguem comprar o Engenho Pau D'arco, propriedade da família do poeta Augusto dos Anjos⁴, que estava em hipoteca no Banco de Pernambuco, sendo o engenho e terras integradas à vila de Cruz do Espírito Santo. Com a aquisição do engenho, o coronel Gentil Lins passou a modernizá-lo, colocando novos maquinários e o transformando em Usina Bonfim

Assim como mostra a proximidade com importantes atores do cenário político no estado paraibano, conseguindo destas relações principalmente favorecimentos, logo seu nome se projeta no contexto político e suas relações com acontecimentos políticos na região. Seu desenvolvimento, diferente dos demais coronéis, é mostrado pelos jornais, logo sua imagem social é mostrada como de um coronel com uma trajetória como grande industrial e chefe local, e um grande influenciador da região.

O terceiro capítulo também mostra o coronel Gentil Lins como detentor de poder local no município, sua força nos vários resultados das eleições que participou como chefe local. Mostrando o coronel Gentil Lins como grande influenciador na emancipação política de Sapé em 1925, quando decidiu, no período da eleição de presidente do estado em 1924, apoiar a candidatura de João Suassuna, na região da várzea. Seu opositor na cidade de Cruz do Espírito Santo, Francisco, que apoiou Otacílio, testemunhou o declínio da cidade sendo integrada como distrito a Sapé.

Gentil Lins voltado para suas propriedades teve a iniciativa de montar a usina Bomfim, com equipamentos modernos vindos dos Estados Unidos, assim como se utilizou de ideias como a queda d'água fazendo uma hidroelétrica gerando energia, e a forma de como tinha o interesse de ligar sua extensa família à união para que todos trabalhassem no desenvolvimento de sua usina. Havia, entretanto, sua busca

⁴ Augusto Carvalho Rodrigues dos Anjos, nasceu em Pau d' arco, em 20 de abril de 1884, filho de Alexandre Rodrigues dos Anjos e Córdula Carvalho Rodrigues dos Anjos. Formou-se pela Faculdade do Recife-PE. Casou-se com Ester Fialho Rodrigues dos Anjos. Transferiu-se para a cidade de Leopoldina, Minas Gerais, onde faleceu em 12 de novembro 1914. Publicou o livro de poesias EU.

em outros empreendimentos no setor de empresas privadas, como estrada e rodagem e energia elétrica.

No quarto capítulo mostra-se que, mesmo depois revolução de 1930 e com o início do governo provisório de Getúlio Vargas passando a nomear os interventores para o os estados, tendo como proposta o enfraquecimento do coronelismo, o coronel Gentil Lins nada sofreu no município onde era chefe local. Passando a ser chamado de chefe partidário, o coronel continuou com o mesmo poder local que tinha, continuou sendo uma liderança local que os interventores estaduais tinham respeito e sempre o queriam ao seu lado.

Este estudo busca compreender o poder e desenvolvimento do coronel Gentil Lins que, em meio a três períodos diferentes, passou por metamorfoses e adaptações para manter seu prestígio. Sob essa perspectiva, tentamos compreender seu desenvolvimento e adaptação para os diferentes momentos, mostrando que o coronel em estudo se mostrava diferente de outros coronéis da época.

1. O coronelismo na historiografia

Discutiremos neste capítulo a visão do coronelismo na historiografia, com Victor Nunes Leal, o marco da historiografia sobre o coronelismo, José Murilo de Carvalho e Lilia Schwarcz.

Visto que Leal mostra que o coronelismo era uma adaptação existente que barganhava em troca de poder, neste contexto temos os governadores que estavam progressivamente fortalecidos e os coronéis que estavam em decadência.

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial.⁵

Contudo Leal expõe que o coronelismo estava enfraquecido politicamente porque encontravam-se em decadência econômica. Assim sendo, com o fim do Império e o surgimento da República, o poder se descentralizou possibilitando o surgimento e fortalecimento das oligarquias. Então, na medida em que os

⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43-44.

governadores ofereciam o apoio político e econômico aos coronéis, estes se fortaleciam no seu reduto, conseguindo apoio para a oligarquia estadual.

Schwarcz mostra como decorreu a patente do coronel entre o Império e a Primeira República e a finalidade do coronelismo:

O coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que ligou proprietários rurais ao governo. Com a República, a Guarda Nacional perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservaram o poder político nos municípios onde viviam. Daí em diante, o coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores de estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros.⁶

A patente de coronel surgiu no Império sendo a maior da hierarquia da Guarda Nacional. Com o fim do Império e o início da República a patente de coronel permaneceu como meramente decorativa, tendo a intenção de ser entregue através do poder local, Schwarcz e Starling mostram que o coronelismo, na República, se transformou em um sistema de favores entre os chefes locais e os governadores.

Nunes defende que o coronelismo estava em decadência, e sua busca para sobrevivência vinha na tentativa de alimentar-se do poder político que era oferecido pelos governadores.

A melhor prova de que o “coronelismo” é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais nós a temos neste fato: é do sacrifício da autonomia municipal que ele se tem alimentado para sobreviver.⁷

Neste caso, estariam os senhores rurais na decadência, não encontrando outro meio, alguns desses coronéis estavam com suas terras hipotecadas para o banco, outros endividados, quando encontraram na política dos governadores a maneira que manteve relativamente seu poderio, ressurgindo como chefes locais em seus redutos. Neste contexto, que surge a característica de mandonismo, o coronel que mandava, controlando tudo a sua volta politicamente e até mesmo economicamente.

⁶ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015, p.322

⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.74.

Para Carvalho o coronelismo significou uma rede onde existia uma troca de influência e benefícios, sendo essa relação do governo a produzir poder aos coronéis locais, considerado também como datado historicamente, o coronelismo teria terminação na Primeira República, em 1930:

Nesta concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado.⁸

Os coronéis que possuíam seu reduto eram os detentores do poder em determinadas localidades, logo estava mais próximo de seu rebanho eleitoreiro, que por sua vez mantinha as oligarquias estaduais. O governo estadual mostraria ao governo federal que tinha completo domínio no estado. Os governadores beneficiavam os coronéis com cargos públicos enquanto os coronéis os beneficiavam com votos para as eleições. Sendo o coronelismo uma relação de barganha entre o poder privado dos coronéis e o poder público que geraria benefícios aos coronéis das formas socioeconômicas ou até mesmo política. Era, na verdade, o governo estadual garantindo o poder do coronelismo. Para Carvalho o mandonismo consiste em:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel com indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política⁹.

O chefe local tinha o privilégio em sua posição econômica de controlar os recursos, obtendo o controle de influenciar na vida dos cidadãos que não tinham, naquele momento, nenhuma garantia de ajuda do governo, a não ser pela mão do coronel. O mandonismo, para Carvalho, não se limitava como característica só do coronelismo como mostra Leal, mas mostrava traços da política tradicional, desde os primórdios da colonização até o período em que o autor escreveu a sua obra, e só

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados [online]. 1997, vol. 40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acessado em 20 de abr. 2019

⁹ Id., 1997, vol. 40, n.2, pp.

acabaria, nas palavras de Leal, quando todos os cidadãos atingissem plenamente seus direitos. Desse modo, o coronelismo foi uma fase do mandonismo local.

Além disso, outro conceito que estava bem próximo das práticas coronelistas era o clientelismo, que para muitos autores, principalmente os estrangeiros confundem-se com a noção de coronelismo, porém para Carvalho:

Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvidas de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística.¹⁰

Para Carvalho o conceito de clientelismo é variável, existindo doses diferentes para estas relações, obtendo a ideia de que o sistema político, de alguma maneira, se beneficiava com as barganhas e troca de apoio.

Ao analisar a relação da decadência do coronelismo que Carvalho e Leal definem, em que os coronéis estariam em decadência econômica na Primeira República, e teriam chegado ao seu fim em 1930, percebe-se que o coronel Gentil Lins, que é o objeto em estudo, fugiu desse contexto, sendo possível observar que o determinado coronel sempre estava com práticas avançadas para determinados períodos, continuando com suas formas coronelísticas até mesmo depois de 1930, até sua morte em 1935.

2. O coronelismo na Paraíba entre as décadas de 1910 e 1930

A Paraíba a partir da década de 1910 estava vivendo a transição da oligarquia como mostra Gurjão:

No período 1912-1915 (transição do alvarismo para o epitacismo) Epitácio Pessoa e Walfredo Leal dividiam a liderança do Partido Republicano Conservador. Por acordo firmado em 1911, haviam combinado que a atuação de Walfredo ficaria restrita ao plano local, enquanto Epitácio (já prestigiado junto ao poder central) dominaria o Partido, cabendo-lhe sempre a última palavra.¹¹

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados [online]. 1997, vol. 40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acessado em 20 de abr. 2019.

¹¹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da; Gurjão, Eliete de Queiroz; Araújo Martha Lúcia Ribeiro Araújo; Cittadino, Monique. *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1999. p 62.

Sendo a partir de 1911 até 1930 a chamada oligarquia Epitacista, ficou nas mãos de Epitácio Pessoa¹², como representante obtendo todo o poder político na Paraíba, sendo suas decisões que influenciariam nas deliberações políticas do estado e dos municípios.

Para que Epitácio chegasse a liderar da oligarquia houve um impasse na escolha pelo nome do candidato a Presidente do estado, no final da oligarquia de Álvaro Machado¹³, que optou pelo nome de Walfredo Leal¹⁴. Esta escolha não agradou aos renegados do grupo de Venâncio Neiva, os venancistas, que estavam renegados do lado alvarista, como mostra Inês Caminha Rodrigues:

A indicação de Walfredo Leal como candidato à Presidente do Estado, feita por Álvaro Machado em novembro de 1911, provocou intensa reação nos opositoristas. Para eles, essa candidatura era “uma sátira pungente, se não um engodo a uma ambição desordenada.”¹⁵

Essa agitação estava relacionada a uma troca de favores entre Walfredo Leal e João Machado¹⁶ que tinha sido escolhido no período anterior para Presidente do Estado. Era uma tentativa de Álvaro Machado para preservar seu domínio, já que tinha bastante confiança em Walfredo Leal.

¹² Epitácio da Silva Pessoa, nasceu em Umbuzeiro-PB, a 25 de maio de 1865, filho de José da Silva Pessoa e D. Henriqueta de Lucena. Bacharel em Ciências Jurídicas e Social, pela Faculdade de Direito de Recife-PE em 13 de novembro de 1886. Sendo, Promotor Público do Cabo, Secretário Geral de Estado, Deputado Federal, Ministro da Justiça, Presidente da República e Juiz da Corte Internacional de Haia. Falecendo em 2 de fevereiro de 1942.

¹³ Álvaro Lopes Machado, Nasceu em Areia-PB, 5 de março, foi governador do estado da Paraíba de 1892 a 1896 e de 1904 a 1908, durante a Primeira República. Sendo senador república em 1897 a 1906). Álvaro Machado ficou conhecido por encabeçar a oligarquia paraibana durante os primeiros anos da República do Brasil. Foi casado com Amanda Brancante Machado. Faleceu com 54 anos de idade em 30 de janeiro de 1912.

¹⁴ Walfredo Soares dos Santos Leal, nascido em Areia-PB, 21 de fevereiro de 1855, foi um sacerdote da igreja católica e político brasileiro. Monsenhor Walfredo Leal teve forte influência no brejo e litoral da Paraíba, chegando a ser eleito deputado constituinte estadual em 1892. Em seguida foi eleito vice-presidente de estado, nos períodos 1893 a 1896 e 22 de outubro de 1904 a 28 de outubro de 1905, quando assumiu o cargo de governador devido a renúncia do titular. Faleceu em 30 de Junho de 1942

¹⁵ RODRIGUES, Inês Caminha. *A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1989. p 137.

¹⁶ João Lopes Machado, nascido em Areia-PB, 01 de janeiro de 1861, médico e político brasileiro. Foi presidente do estado da Paraíba, de 28 de outubro de 1908 a 22 de outubro de 1912. Filho de pai homônimo e de Avelina Amália da Fonseca. Sua família era de tradição liberal e participaram da Revolução Praieira, anos antes de seu nascimento. Formado médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888,^[3] ingressou na política como sucessor do então presidente do estado, o padre Walfredo Leal, João venceu as eleições e governou o estado até 1912, sucedendo-lhe João Pereira de Castro Pinto. Durante seu governo, ocorreu a instalação do serviço de água e de iluminação elétrica na capital paraibana. Faleceu em 31 de outubro de 1939.

Havendo, então, a composição de uma chapa oposicionista, com a candidatura à Presidência do Estado da Paraíba em 1911, do coronel José Joaquim do Rego Barros e, para vices, eram Francisco Alves de Lima e Ignácio Guedes da S. Sobral. Porém, para os governistas, ainda não se tinha uma chapa consolidada, como mostra Rodrigues:

Ao contrário da oposição, que já apresentara a sua chapa, a oligarquia ainda não definira os seus postulantes. Havia apenas cogitação em torno dos nomes de Walfredo Leal, repudiado pelos ex-venancistas cooptados e Antônio Pessoa, defendido por este subgrupo¹⁷

Através deste problema com o nome de Walfredo Leal, apareceu a figura de Eptácio Pessoa, como um instrumento importante para resolver o impasse no grupo alvarista. Eptácio estava para se aposentar do Supremo Tribunal Federal e tinha uma forte proximidade com o Presidente Hermes da Fonseca.

Logo, em seu retorno tenta resolver os empecilhos que complicava cada vez a oligarquia dominante: conseguir esvaziar a candidatura de Rego Barros, que tinha a pretensão de colocar o nome de Antônio Pessoa como candidato a Presidente do Estado. Porém, conforme mostra Inês Rodrigues houve uma conciliação de ambas as partes pela escolha no nome de Castro Pinto¹⁸:

A candidatura de Castro Pinto a Presidência do Estado decorria de ajustes entre Eptácio Pessoa e a liderança alvaristas, em dezembro de 1911. Este condicionara ao acatamento de certos princípios seu reingresso na militância político-partidária, mediante uma aliança com a oligarquia. Em reunião que manteve com Walfredo Leal, ficou estabelecido que a chefia política da Paraíba seria exercida por um triunvirato composto por eles dois mais Álvaro Machado. [...] Apresentou-se, então, o nome Do Senador recém-eleito João Pereira de Castro Pinto, "um amigo em comum, que foi aceito por todos. Aceitou-se, também, que Antônio Pessoa seria candidato a Primeira Vice-presidência e que Eptácio Pessoa faria ainda dois deputados federais e dois senadores (um dos quais seria ele próprio). A Walfredo Leal caberia a indicação de três deputados federais e um senador, além do Segundo Vice-presidente.¹⁹

Sendo assim, o candidato Castro Pinto era escolhido por Eptácio, que tinha confiança no mesmo, porque já o conhecia desde a faculdade e tinha como pretexto

¹⁷ RODRIGUES, Inês Caminha. *A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1989. p. 142.

¹⁸ João Pereira de Castro Pinto, nasceu em Mamanguape-PB em 3 de dezembro de 1863, foi um político, magistrado e professor. Exerceu diversas funções na área jurídica e trabalhou também como jornalista. Antes de se eleger deputado à Assembleia Constituinte pela Paraíba, reeleito em 1886, foi promotor público em sua cidade natal e juiz federal substituto. Renunciou ao cargo para o qual foi eleito e passou a ser redator oficial do Senado. Faleceu em 11 de julho de 1944.

¹⁹ RODRIGUES, Inês Caminha. *A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)*. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1989. p.152.

colocar seu irmão como primeiro vice-presidente. Era, na verdade, uma busca para acabar com a Oligarquia de Álvaro Machado.

Linda Lewin mostra que, com a posse de Castro Pinto como Presidente do Estado, iniciava-se a oligarquia Epitacista na Paraíba:

A posse do governador Castro Pinto, em 22 de outubro de 1912, abriu uma nova era, uma era de dominação direta da oligarquia Pessoa na Paraíba. A assunção por Epitácio de uma cadeira no Senado dois meses depois, seguida por sua eleição como chefe partidário estadual em fevereiro de 1913, iniciou uma década de coesão faccional esplendidamente coordenada que permaneceu incontestada até 1924.²⁰

Portanto, é a partir do governo de Castro Pinto que ao assumir a cadeira de chefe do Partido Republicano Conservador na Paraíba que Epitácio Pessoa começou a conduzir a oligarquia na Paraíba até 1930.

Entre 1910 até 1930 houve uma progressiva expansão algodoeira que favoreceu a oligarquia dos Pessoas, conforme mostra Lewin:

A progressiva expansão da produção algodoeira até 1930 forneceu, contudo, uma base econômica de prosperidade sem precedentes para a consolidação oligárquica, o que facilitou a hegemonia dos Pessoas, exercida entre 1912 e 1930. Todavia, a urbanização sem precedentes verificada no interior, além do surgimento de uma economia agroexportadora cujo crescimento se baseava no “ouro branco” reforçou a orientação histórica da Paraíba para os principais mercados regionais nos estados vizinhos de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.²¹

As oligarquias estaduais cresceram e se estabeleceram pelo poder econômico de suas produções através do crescimento do algodão, no período de 1912 até 1930. Isto, acrescido das relações políticas, levaram ao crescimento do domínio de Epitácio Pessoa, na Paraíba.

Com a ascensão das oligarquias surgiu o coronelismo local através dos municípios. Muitos coronéis ficavam comandando o município para o estado como chefes locais, e o coronel Gentil Lins, a partir de seu casamento, quando passou a residir em Pacatuba, logo cresce seu nome como um coronel ativo na política local e chefe local entre as duas cidades, Cruz do Espírito Santo e Sapé.

2.1 Cruz do Espírito Santo

²⁰ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.271.

²¹Id., 1993, p.68.

De acordo com a obra *A Parahyba*, de João de Lyra Tavares²², o município de Cruz do Espírito Santo foi fundado em 1896, pela Lei nº 40 de março, tendo como distritos; São Miguel do Taipu, São José de Cachoeira, Sobrado e Sapé.

Lyra Tavares informa que, em meados de 1910, a vila tinha aproximadamente 100 casas no perímetro urbano, sendo calculado aproximadamente 14.000 habitantes. Naquele período os principais proprietários eram o Cel. Claudino do Rego Barros dono do engenho Espírito Santo, Cel. Gentil Lins do engenho Pacatuba, Cel. Alípio Ferreira do engenho Munguengue, Dr. Aprígio Carlos de Araújo, de Pau d' Arco, Cel. José Lins, do Engenho Taipu, Simplício Coelho, de Massangana e Cel. José Francisco de Paula Cavalcante, Massangana e Santana, entre outros proprietários.

A economia da cidade de Cruz do Espírito Santo girava em torno da cana de açúcar, do algodão, do tabaco, do milho e da mandioca. Além disso, era desenvolvida a criação de animais na vila principal e nos distritos. Muitos dos coronéis mantinham seus acordos comerciais através das importações e exportação na Paraíba e Pernambuco, obtendo uma produção nos últimos três anos de vinte mil sacos anuais.

Outro comércio local mantinha-se através de quatro feiras, uma no município e três entre os distritos de Sapé, São Miguel e em Cachoeira.

O início do domínio do coronel Gentil Lins, na cidade, se dá através de suas propriedades. No ano de 1913 o jornal *O Norte*²³ mostrou o coronel Gentil Lins integrando na chapa para o Conselho Municipal da cidade como agricultor e criador. Sendo nomeado prefeito em 1915 como mostrou o referido jornal²⁴.

A cidade de Cruz do Espírito Santo, no ano de 1925, passou pelo declínio, passando para a categoria de distrito e anexada à recém-criada cidade de Sapé. Só se tornou independente em 1935.

²² TAVARES, João de Lyra. *A Parahyba* volume II 1909, Imprensa oficial Parahyba – 1910. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=vpI9AQAAMAAJ&dq=joao%20de%20lyra%20tavares&hl=pt-BR&pg=PT16#v=onepage&q=joao%20de%20lyra%20tavares&f=false>. Acesso em 10 de jan.2020

²³ Pleito municipal do Espírito Santo. *O Norte* Jornal Independente e Noticioso, Paraíba. Ano 1913, nº1346. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=2877>. Acesso em: 20 de abr. de 2019

²⁴ Congratulações dos amigos, Espírito Santo. *O Norte* Jornal Independente e Noticioso, Paraíba. Ano 1915, nº 203. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=5452>. Acesso em 20 de abr. 2019.

2.2 Sapé

O povoado de Sapé tem início através da linha férrea em 1882. A partir de então o povoado começa a crescer com a proximidade das pessoas para o embarque e desembarque dos passageiros, como explica Sabiniano Alves do Rego Maia:

O povoado começa com a Estação da Estrada de ferro Great-Western, a qual foi fundada em 1882. Antes dessa nenhuma edificação havia no sítio hoje ocupada pela próspera localidade. Depois de fundada a estação, o povoado foi se estendendo para leste e oeste.²⁵

O desenvolvimento do povoado aconteceu gradualmente com a chegada das pessoas que começam a se organizar próximo à estação ferroviária. Fazendo suas casas e comércios, pessoas de cidades circunvizinhas e até mesmo de outro estado, chegavam com o intuito de residir no povoado, conforme destaca Juraci Marques Ferreira.

Assim, faltando poucos anos para a chegada do século XX, as primeiras habitações destinadas a moradias e instalações de casas comerciais começaram a ser construídas. Essas pessoas, na sua maioria, eram originários das povoações de Sobrado e Cachoeira, assim como de engenhos, sítios e propriedades existentes nas cercanias, todos atraídos pelo “apito do trem” que para aquela gente representava o verdadeiro símbolo do progresso, da prosperidade.²⁶

Sapé, em seus arredores, tinha vários engenhos, levando a muitos procurarem o povoado pelo seu comércio e, a partir de 1909, a feira livre semanal, também vinculava grandes aglomeração de pessoas vindas dos arredores do povoado e de outras cidades, ajudando na economia e desenvolvimento do município, como mostra *O Jornal*.

O movimento comercial que se evidencia com a aglomeração que a photographia, registra, diz, com eloquência, qual o futuro de Sapé, se não fora o grande flagello, - uma cidade prospera e feliz. E tão bom seu clima, que mesmo assim a pequena villa, se não prospera com intensidade, também não decae. Estabilizou-se.²⁷

²⁵ MAIA, Sabiniano Alves do Rego. *Sapé Sua História Suas Memórias*. João Pessoa: A União, 1985. p.27.

²⁶ FERREIRA, Juraci Marques. *O Processo histórico de Sapé (1757-2012)*. João Pessoa: Ideia, 2013, p.37.

²⁷ A feira semanal de Sapé. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 1920, n. 268. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=880. Acesso em: 20 de abr.2019.

A partir deste desenvolvimento o povoado começou a crescer e, em meados de 1911, Sapé passou a responder como Distrito Fiscal. Passando mais uns anos, precisamente no ano de 1917, o então Presidente do Estado da Paraíba Francisco Camilo de Holanda criou em Sapé um Distrito de Paz.

Com o aumento da população e a evolução econômica do distrito em pleno desenvolvimento, o distrito de Sapé logo apareceu em artigos de jornais e notícias sobre os referidos avanços que estavam ultrapassando as outras cidades do interior. Prova disso é que o distrito de Sapé passou a receber iluminação elétrica, o que muitas cidades ainda não tinham recebido até então.

Em 1920 o distrito de Sapé tinha uma população de aproximadamente 1.000 pessoas, um povoado em desenvolvimento, que em determinados períodos sofria com a seca e buscava alguém que lutasse pelo seu povo, como mostra no Jornal *O Norte* colocando o Coronel Gentil Lins como esse herói que poderia ter condições para ajudar no destino da cidade:

Sapé está a reclamar urgentes melhoramentos e um braço forte para a sua direcção. Não podemos deixar de erguer o nosso alto brado ante as prementes necessidades que empolgam a nossa florescente villa. [...] Entre nós ninguém em melhores condições, tanto para nos conduzir no triumpho, como para dirigir os nossos destinos do que o Cel. Gentil Lins, cujo exemplo na direcção do município do Espirito Santo deixou-nos gratíssimos recordações. É esse o homem que saberá corresponder de modo feliz a espctativa dos seus governados.²⁸

Havia uma busca, provavelmente, de alguns populares por um líder que ajudasse no crescimento do distrito. Logo buscaram na figura do coronel Gentil Lins essa liderança. Provavelmente, o nome do coronel Gentil Lins era cogitado porque o mesmo já havia exercido o cargo de prefeito de Cruz do Espirito Santo.

De acordo com o Jornal²⁹, o distrito de Sapé, que no início da década de 1920, estava anexado a Cruz do Espirito Santo, havia recebido a fundação da indústria para descaroçamento de algodão e utilização dos caroços para fabricação de óleo. Era a implantação da modernização industrial do empresário Medeiros, na Paraíba, seus donos tinham o pensamento de expandir a indústria para os estados de Pernambuco e Ceará.

²⁸ O Norte no interior Sapé. O Norte Jornal Independente e noticioso, Paraíba, ano 1920, n 3.489. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=10172>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

²⁹ O algodão no Nordeste. O Jornal, Rio de Janeiro, ano 1920, nº 00488. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=3683. Acesso em: 20 de abr. 2019

Outro ponto que levou o distrito a se desenvolver foi o início das construções de estrada que começaram a ligar o distrito a outras cidades. Os Jornais encontrados revelam que foi à época que as estradas que ligavam Sapé a Mamanguape, Mulungu e a Cobé foram construídas, dando mais condições de desenvolvimento para o distrito de Sapé. Outro fato importante que corrobora para o desenvolvimento local diz respeito à existência de vários engenhos aos seus arredores.

3. O Coronel Gentil Lins: trajetória e fortuna

O Coronel Gentil Lins Cavalcante de Albuquerque, nasceu em 22 de novembro de 1878 em São Miguel de Taipu. Filho de João Lins de Albuquerque “Joca do Maravalha” e Luzia Lins Cavalcante, proprietários do Engenho Maravalha, na cidade de Pilar. Na várzea paraibana a família Lins se perpetuou por muitos anos, como mostra Viana Oliveira:

O Norte guarda, por sua vez, ainda hoje muito da velha tradição clânica do período colonial. Recorde-se o clã dos Lins, por exemplo, com o domínio imemorial da Várzea paraibana. Vivem, presentemente, os seus descendentes em engenhos e domínios que vêm da guerra dos holandeses, em que combateram os seus antepassados. São famílias que ainda conservam, nos sobrenomes atuais, as mesmas assonâncias ouvidas naquelas épocas distantes. Dominam, assim, há trezentos anos, como um clã familiar, aquela região, sempre renovados no seu orgulho de "chefs de sol" -- como diria Pesquidoux.³⁰

A família Lins dominava a região do vale do rio Paraíba e com os casamentos entre familiares levou cada vez mais a linhagem familiar a estender-se para outros municípios. Dessa forma a família Lins Cavalcante estendia-se no vale do Rio Paraíba como mostra Carlos Francisco Bandeira Lins:

José Lins Cavalcante de Albuquerque, o “Num”, considerado por seu trineto Lins do Rego o patriarca de toda a família, instalou-se com a mulher na Várzea do Rio Paraíba e, a partir do núcleo inicial que foi o engenho Taipu, seus descendentes espalharam-se pela região, controlando partes substanciais dos municípios de São Miguel de Taipu, Pilar, Sapé e Cruz do Espírito Santo, chegando a Santa Rita, já as portas da capital do que é hoje o Estado da Paraíba. Também estenderam seus domínios em direção ao sul, adquirindo engenhos em Pedras de Fogo e em Itambé,[...].³¹

³⁰ OLIVEIRA, Viana. *Instituições políticas brasileiras*, Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999. P. 234.

³¹ LINS, Carlos Francisco Bandeira. *Gente do Taipu os Lins Cavalcanti de Albuquerque desde remotos ancestrais medievais até a morte de Jose Lins do Rego*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.v.1.p34.

O coronel Gentil Lins tinha aproximadamente 20 anos quando casou com sua prima, Alice Vieira de Melo, filha do Juiz Joaquim Francisco Vieira de Melo e Maria Leopoldina Cavalcanti Lins, proprietários do engenho Novo. O Coronel recebeu de seu sogro o engenho e terras de Pacatuba, anexada a cidade de Cruz Espirito Santo.

Imagem 1- Coronel Gentil Lins



Fonte: FERREIRA; Juraci Marques. (2013, p.133)

Havia um grande interesse das famílias para os casamentos entre os próprios parentes, conforme mostra Lewin:

Existe motivos mais poderosos para formar parentesco entre indivíduos e no interior de grupos de descendências cognáticos através das gerações. Os casamentos de elite entre primos e até mesmo parentes colaterais mais próximos ilustra como a força do parentesco consolidava e mantinha redes de poder econômico e político, vem como a coesão social do grupo familiar³².

³² LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.131.

As famílias tentavam consolidar-se de geração em geração expandindo suas terras através dos casamentos entre parentes próximos, na busca da consolidação do capital político-familiar, e também, no intuito de passar as terras para as próximas gerações da família, havendo também a expansão para outros municípios. A família Lins tentava esta consolidação na várzea Paraibana, chegando, na Paraíba, no povoado de Pilar, porém se expandindo para outros municípios.

O sogro do Coronel Gentil Lins tinha terras em São Miguel de Taipu, Pedras de Fogo e nos distritos de Sapé e Cachoeira, visto que este casamento gerou uma grande aproximação de sogro e genro, obtendo, como resultado, ganhos de bens para o casal como mostra Juraci Marques Ferreira:

Joaquim Francisco Vieira de Melo, conhecido por “Coronel Quincas do Pilar” e dona Maria Leopoldina Cavalcanti Lins que, também, eram proprietários na região de São José de Cachoeira, parte então integrante do município de Cruz do Espírito Santo. Naquele ensejo, o casal foi residir nas vastas terras de propriedade dos genitores da consorte, mais precisamente na localidade conhecida por Pacatuba.³³

Após o casamento, a amizade do coronel Gentil Lins com o seu sogro gerou a compra do engenho Pau d’ Arco. Para José Lins do Rego³⁴ havia uma luta pelas terras do engenho Pau d’ Arco entre a família Lins, de um lado o senhor José Lins avô de José Lins do Rego e o outro que buscava a compra era o senhor Joaquim Vieira sogro do coronel Gentil Lins.

Lembro-me da luta que se processou entre meu avô, José Lins, e o seu primo inimigo, “o Dr. Joaquim Vieira, pela posse do engenho do velho Aprigio. Meu avô queria ligar as suas terras, que vinham de Pernambuco, até o Pau d’Arco. Seria o primeiro passo para a conquista do vale do Mamanguape. E o Dr. Joaquim Vieira queria ir de Pacatuba já no vale do Mamanguape até o Engenho Novo, no vale do Paraíba. [...] E o Pau d’Arco ficou nas mãos do Dr. Joaquim Vieira.³⁵

O interesse das famílias para o compra do engenho é levada pela busca do poder de fazer a junção dos vales. O avô de José Lins do Rego, como é mostrado, buscava fazer a ligação de suas terras que vinham desde o estado de Pernambuco

³³ FERREIRA, Juraci Marques. *O Processo histórico de Sapé (1757-2012)*. João Pessoa: Ideia. 2013, p.198.

³⁴ José Lins do Rego Cavalcanti, nasceu em Pilar-PB, 3 de junho de 1901. Foi um escritor brasileiro. José Lins escreveu cinco livros a que nomeou "Ciclo da cana-de-açúcar". Faleceu em 12 de setembro de 1957.

³⁵ O Tamarindo de Augusto dos Anjos Por José Lins do Rego. *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, ano 1938, n 120. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=183245&pesq=&pagfis=5678>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

até o engenho Pau d'Arco. O sogro do coronel Gentil Lins, Dr. Joaquim Vieira, já pensava em fazer a junção com as terras que vinham de Pacatuba, no vale do Mamanguape, até o Engenho Novo no vale do Paraíba.

Em 1909, com a morte do proprietário do engenho Pau d' Arco, localizado no município de Cruz do Espírito Santo, o engenho, com dívidas ao Banco Emissor de Pernambuco, executou a hipoteca do engenho aos herdeiros que não tinham outra saída, a não ser vender o engenho e pagar as dívidas. O engenho foi comprado pelo senhor Joaquim Francisco Vieira de Melo, assumindo, assim, as dívidas. Porém, o banco já tinha ajuizado em Recife, recebendo a intimação através de precatórios, sendo o genro do coronel Gentil Lins que passa a se responsabilizar por esta ação, como mostra Raimundo Magalhães Júnior:

[...] o engenho Pau-d'Arco, à beira da insolvência, era vendido por seus condôminos, um dos quais era o próprio Augusto dos Anjos. [...] Os herdeiros se reúnem, tudo fazem para saldar o compromisso e salvar o engenho. Esforço vão. Outros credores aparecem e o remédio que houve foi a alienação da propriedade – o saudoso Pau-d' Arco – para pagar ao banco e satisfazer as outras dívidas. Foi comprador Joaquim Francisco Vieira de Melo, o conhecido 'Dr. Quincas do Engenho Novo', que assumiu por força da escritura todos os débitos. [...] o Banco Emissor de Pernambuco iniciara uma ação para executar hipoteca há longo tempo vencida, [...] A ação fora ajuizada em Recife e os proprietários do Engenho Pau-d'Arco foram intimados através de precatória. No curso da ação, o crédito do Banco Emissor de Pernambuco foi transferido a Gentil Lins de Albuquerque, residente na Paraíba.³⁶

Entretanto é observado que o coronel Gentil Lins prosperou significativamente a partir do casamento e, com isso, houve proximidade com o sogro, estando os dois vinculados na compra do engenho Pau d'Arco, passando para o seu genro, o Coronel Gentil Lins, o engenho e terras de Pau d' Arco.

O engenho e terras tinham a vantagem de ser próximos ao Rio Paraíba, ajudando na prosperidade da terra e contribuindo para a plantação da cana-de-açúcar e algodão. Como mostra Ademar Vidal:

O engenho Pau d' Arco está localizado em região privilegiada. Porque o Rio Paraíba do Norte, descendo dos sertões com as suas águas de inverno, espalha-se na planície, alagando tudo, no máximo por um mês – e deixando riqueza de húmus que arrecada pelos caminhos por onde passa com violência arrasadora. Por isso mesmo as terras, ante o impacto fluvial, são férteis para a lavoura em geral. Secularmente, essa área se caracteriza pela cultura da cana-de-açúcar, algodão e cereais.³⁷

³⁶ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Poesia e vida de Augusto dos Anjos*. 2.^a ed. Corrigida e aumentada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, 1978. p. 227-228

³⁷ VIDAL, Ademar. *O Outro Eu de Augusto dos Anjos*. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1967, p. 126

Essa progressiva expansão foi de grande importância para fins econômico e de poder local. Além de receber o engenho Pacatuba com 156 hectares após o casamento, recebeu o engenho Pau d'Arco, recém comprado, de aproximadamente 181 hectares. Era uma junção de terras que permitiu o acúmulo de 337 hectares³⁸.

Com a morte do sogro Joaquim Francisco Vieira de Melo, em 1910, com a formalidade do inventário amigável³⁹, o coronel Gentil Lins representava sua esposa Alice Vieira Lins, ao mesmo tempo tinha uma dívida a receber do inventariado pela responsabilidade na compra do Engenho Pau d' Arco, que estava hipotecado no banco de Pernambuco, restando a quantia a receber de quinze contos de reis.

O coronel ao curso da divisão para os inventariantes comprou a parte do seu cunhado, Abílio Lins Vieira de Melo e sua esposa Carmelita Vieira Pessoa de Melo. O acordo foi feito no cartório na capital do Estado e anexado no inventário. Como comprovação para divisão dos bens, o coronel Gentil Lins pagaria a quantia de trinta e cinco contos de reis, sendo entregues como forma de pagamento, a propriedade Engenho Cambão e suas terras localizadas na cidade de Cruz do Espírito Santo. Ficando ainda na responsabilidade do Coronel a despesa de toda a transferência.

Além disso, sua esposa, no inventário do pai, herdou as terras e o engenho Pacatuba. Havendo a possibilidade de coronel ter ficado com o Engenho Novo em São Miguel de Taipu.

O coronel Gentil Lins, como dono de engenho, era visto como um coronel de pensamento progressista sendo o primeiro da região a fundar uma usina, em 1917, com seus próprios recursos, como mostra Ademar Vidal, na revista Brasil Açucareiro:

[...] Entretanto os que se destacavam foram, na realidade, homens de pulso, homem capazes pela inquietação de pensamento, pela vontade progressista, pelos arrojados nas iniciativas. Homens que muito fizeram em favor da zona onde empregavam todos os esforços de sua atividade. Em consequência disso é que vamos encontrar alguns engenhos bons ainda hoje porque bem montados e com "assentamentos" de primeira ordem. Nesse grupo podem ser destacados senhores verdadeiramente telúricos [...], entre os quais tem colocação especial o primeiro Senhor que fundou uma usina com os seus próprios recursos e animação: Gentil Lins de Albuquerque. Foi a usina "Bomfim", no engenho "Pau d'Arco", agora com o nome de "Santa Helena" [...]. As demais usinas da várzea resultam de

³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e commercio. Aspectos da Economia Rural Brasileira., Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/aspectosdaeconom00braz>. Acesso em: 03 de Jan. 2020.

³⁹ Inventario post-mortem nº 55, setembro 1910. Juízo Municipal do Termo da Villa do Espírito Santo.

contribuição estrangeira ou nacional, isto é, de gente que não é do Estado, elementos semíticos interessados na exploração da cana⁴⁰

Essa colocação nos mostra o coronel Gentil Lins de Albuquerque sendo o primeiro da região a conseguir fazer a mudança do engenho para Usina Bomfim com recursos próprios, fato que leva em consideração seu forte poder econômico para tal acontecimento, haja vista que outros coronéis fizeram esta mudança para usina buscando ajuda através de recursos estrangeiros.

Para transformar o engenho em Usina Bonfim, Gentil Lins teve a iniciativa de inovar, trazendo de outro país os maquinários para colocar sua usina em funcionamento, assim como buscou uma empresa no estado do Ceará para fazer a montagem dos maquinários. A manchete do jornal *O Norte* no ano de 1914 mostra esta informação sobre as empresas:

Por intermédio da firma O. Ferreira & C. de fortaleza (Ceará), o sr. Coronel Gentil Lins, operoso e abastado proprietário residente neste estado, recebeu o longo orçamento da usina que pretende montar na várzea do rio Parahyba, para a exploração do fabrico do assucar e do álcool. Aquelle conhecido industrial, para a execução desse importante empreendimento, começou logo a acertar pela escolha da afamada casa Blymyera para o fornecimento dos necessários machinismos[...]. A usina a que alludimos é pequena, mas de um typo moderníssimo⁴¹.

Foram contratadas pelo coronel para que fosse feita esta transformação e inovação, sendo a firma *O. Ferreira & C. Fortaleza* que fez o orçamento para a montagem para usina do coronel na exploração do açúcar e do álcool. Ele já tinha acertado a compra dos maquinários necessários com a empresa Americana a casa "*Blymyera Iron Works*", de Cincinnati, sendo esta empresa uma das importantes fábricas de aparelhamento para exploração dos produtos da cana. A notícia do jornal *O Norte* continua informando que a usina seria pequena, porém moderna, pois seus aparelhos e maquinários eram do tipo mais recente, criados na fábrica fornecedora, sendo introduzidos com grande sucesso nas novas usinas montadas em Cuba, América Central e na Venezuela.

⁴⁰ Instituto do Açúcar e do Alcool, *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, ano 1944, n 1. Disponível em :<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pesq=&pagfis=12590>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

⁴¹ O sr. Coronel Gentil Lins já recebeu o orçamento da Usina Pau d'arco. *O Norte* Jornal Independente e Noticioso, Paraiba, ano 1914, n 1.830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=5205> Acesso em: 02 de mai. 2019.

Com o crescimento da usina em pleno funcionamento e, mesmo possuindo plantio em suas terras, ainda recebia cana de açúcar dos engenhos: Curral de Cima, Cachoeira, Moreno, Coite, Açude do Mato, Tabocas, Taboquinhas e Cobé⁴².

A melhor forma de escoamento da produção foi, conseqüentemente, a aprovação para a construção de um desvio particular com a extensão de 14 quilômetros como mostra o jornal *O Norte*⁴³. Esse desvio da linha férrea começava bem próximo a residência do coronel, em Pacatuba, indo até sua outra propriedade, a Usina Bomfim, continuando até o entroncamento de Cobé, sendo o ponto principal a linha férrea *Great Western*⁴⁴, a finalidade deste desvio, provavelmente, era auxiliar no transporte da produção e na chegada de matéria-prima para a produção.

A produção da usina passou a ser entregue para outros estados, como mostra *O Jornal*⁴⁵, sendo as produções encaminhadas, através do trem, para o estado do Rio Grande do Norte, precisamente para a cidade de Nova Cruz.

Nestas ações do coronel Gentil Lins, Carlos Francisco Bandeira Lins verifica que o coronel em estudo buscava juntar toda a família Lins Cavalcante com um só pensamento: Construir uma usina de açúcar, buscando desenvolver a economia:

Gentil Lins figurou com projeção na política da Paraíba e foi homem de notável visão econômica. Vinha ele desenvolvendo gestões para que os Lins Cavalcante de Albuquerque se unissem na constituição de uma usina de açúcar, ideia que teria alterado bastante os rumos da família. Talvez tivesse sido ela implementada, não houvesse Gentil Lins falecido em acidente de automóvel, nos tempos difíceis do engajamento de João Pessoa como companheiro de Getúlio Vargas na Chapa da Aliança Liberal, de oposição ao governo da República⁴⁶

Talvez a ideia de juntar toda a família Lins, do vale do rio Paraíba, para investir em seu empreendimento, era uma tentativa de dominação econômica da

⁴² BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e commercio. Aspectos da Economia Rural Brasileira., Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/aspectosdaeconom00braz>. Acesso em: 03 de Jan. 2020.

⁴³ Telegrammas, *O Norte* Jornal Independente e noticioso, Paraíba, ano 1921, nº3760. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=11141>. Acesso em: 20 de abr.2019.

⁴⁴ Ministério da Agricultura, *Industria e Comercio. Aspectos da economia Rural Brasileira*. Rio de Janeiro. Villas Boas, 1922. P. 272-273.

⁴⁵ Recebedoria e renda, *O Jornal*, Paraíba, ano 1923, nº 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=169870&pagfis=1124>. Acessado em: 20 de abr. 2019.

⁴⁶ LINS, Cavalcante de Albuquerque Bandeira. *Gente do Taipu os Lins Cavalcanti de Albuquerque desde remotos ancestrais medievais até a morte de Jose Lins do Rego*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.v.1.p 97.

região. O coronel Gentil Lins provavelmente buscava a junção desta grandiosa família para um só fim, que era investir na estrutura econômica para que a usina viesse a se expandir progressivamente na sua produção.

Entretanto, com relação ao suposto falecimento do coronel Gentil Lins, no acidente de automóvel em 1929, é importante esclarecer que, neste referido acidente, quem veio a óbito foi João da Mata, e o coronel Gentil Lins só ficou gravemente ferido.

Ao analisar as informações a respeito da Usina Bomfim constatamos que o coronel Gentil Lins ainda teve incentivos do presidente do Estado pelo Decreto 1.123.4.9 de 1921, a pagamento de impostos destinados a algumas usinas como mostra Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais Santana:

Várias usinas de açúcar também surgiram ou foram ampliadas, possibilitando maior impulso à produção da Paraíba, além da emergência de novos grupos oligárquicos, que também foram beneficiados pela intervenção estatal na ampliação de seus financeiros⁴⁷

Logo, vê-se que era, na verdade, os acordos do governo com os coronéis “Política dos Governadores” que os ajudava com incentivos fiscais. Isso fica evidente no fato da Usina Bom Fim, em Cruz do Espírito Santo, do coronel Gentil Lins, ter recebido por Decreto, incentivo fiscal pelo período de 15 anos, a partir do funcionamento da usina, gerando uma ajuda do estado para que os proprietários obtivessem mais condições de se manter em funcionamento.

Em 1913, o coronel Gentil Lins tem seu início na política local, na Vila de Cruz do Espírito Santo, quando faz parte da chapa para o conselho municipal. Em 1915 é nomeado prefeito de Cruz do Espírito Santo.

Mas com as eleições estaduais, em 1918, Gentil Lins, o então prefeito, não apoia o candidato de Epitácio Pessoa, quando votou em Simeão Leal, candidato da oposição e foi colocado como um traidor como mostra o jornal *A Rua*, do Rio de Janeiro:

Há um “caso” na política local parahybana. Os situacionistas acusam o Sr. Gentil Lins de traição. Por haver mandado votar no Sr. Simeão Leal, candidato opositor. Hoje á tarde, um grupo de parahybanos comentava isso. E era feita a desefa do Sr. Gentil Lins. Dizia-se que os seus amigos no município Espírito Santo onde S. S. é prefeito, estão hostilizados pelo vice-presidente, apoiado pelo presidente, por não querer este desprestigiar o seu substituto legal, onde o enfeitaram de chefe. O Sr. Gentil, para dar uma

⁴⁷ SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1990.p.129.

prova de que o vice-presidente não tem, de facto, prestígio naquele município, onde só é chefe “in nomine”, mandou votar no Sr. Simeão Leal, que assim derrotou a chapa governista ali. E assim foi a “traição” do Sr. Gentil Lins. Não passou de simples “revanche”⁴⁸.

O coronel Gentil Lins foi visto como um traidor, já que havia apoiado a candidatura de um opositor. Neste caso houve uma grande repercussão porque se tratava de um coronel da base de Eptácio Pessoa. Porém, ao contrário do que muitos acreditavam, o Coronel Gentil Lins, mesmo sendo exonerado do cargo de prefeito pelo presidente do estado, ainda permaneceu no grupo oligárquico de Eptácio Pessoa.

Linda Lewin mostra a razão pela qual o Coronel Gentil Lins quebrou a lealdade do Governo Estadual, havendo cometido determinada atitude por questões pessoais. Por outro lado, Eptácio Pessoa tentou não se distanciar do coronel e buscou deixá-lo em sua base aliada:

[...] Eptácio tratou pessoalmente de todas as indicações para os cargos políticos estaduais e federais, assim como da escolha final dos prefeitos na Paraíba. Seus critérios de “lealdade” e “merecimento” mediam a capacidade do chefe para proporcionar os votos locais por vários anos[...]. Em 1925, Gentil Lins apresentou a Eptácio exatamente esse tipo de razão para dar os votos do município de Espírito Santo à oposição, em vez de dá-los ao candidato de PRCP. Eptácio relevou essa quebra de lealdade, entendendo a razão subjacente, visto que o chefe opositor local tinha arranjado assistência médica para a esposa de Gentil quando esta estivera acometida de uma doença grave. Além disso, o chefe opositor também havia facilitado o fornecimento de um caro equipamento de refino para a usina de açúcar de Gentil Lins.⁴⁹

O que motivou o referido acontecimento, foi o fato de o coronel Gentil Lins ter sido ajudado pelo deputado Semião Leal, quando estava no Rio de Janeiro, para tratamento de saúde da sua esposa, quando, em sua chegada à capital brasileira, logo foi procurado pelo seu adversário político, que lhe ofereceu ajuda, não faltando desde esse momento da visita nada para o tratamento de sua esposa. Ainda, no Rio de Janeiro, e com o início das eleições para deputado na Paraíba, o coronel Gentil Lins não conseguindo pagar as atenções prestadas pelo deputado Semião, este telegrafou para correligionários e familiares na Paraíba para que depositassem, aproximadamente, quarenta votos no deputado da oposição.

⁴⁸ Política da Parahyba e de Alagoas – O sr. Propício deixará a Prefeitura da Bahia. *A RUA*, Rio de Janeiro, ano 1918.n 73. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236403&pesq=&pagfis=6026>. Acesso em 02 de mai. 2019.

⁴⁹ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 285-286.

Alguns membros do partido, na Cidade de Cruz do Espírito Santo, logo começaram a dizer pela cidade que o coronel Gentil Lins estava enfraquecido e sem prestígio, não teria condição alguma para angariar votos para o deputado da oposição. O coronel Gentil Lins sendo informado do acontecido emite sua resposta aos amigos informando que votassem e fizesse campanha maciçamente no referido deputado. O resultado da eleição foi mais de dois mil votos ao deputado Semião, enquanto o candidato do governo só teve cento e quarenta e quatro votos⁵⁰.

Assim sendo, esta troca de favor entre o coronel e o deputado nos leva ao pensamento de Leal que relata a relação do voto de cabresto:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto, a força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-la, importantes instituições sociais.⁵¹

Neste caso, sendo os coronéis que comandavam os currais eleitorais em seus domínios eleitoreiros e, a partir do resultado que eles eram considerados coronéis de prestígio perante o governo, tornara-se claro que o coronel Gentil Lins entra nesta conjuntura de pensamento, obtendo o domínio da região que compreendia a área de Cruz do Espírito Santo e adjacências, mostrando, também, que não necessitava estar no estado no momento da eleição para conseguir fazer os conchavos políticos para obter os votos na urna, quando mostra que através de um só telegrama informando que deveria apoiar o deputado, sairia vitorioso nas urnas.

Provavelmente Gentil Lins era merecedor ao ponto de não ser esquecido por Eptácio e não o deixar ir para a base opositora, mesmo tendo apoiado, por razões pessoais, um candidato a deputado que não era da situação, ainda continua a ser um líder político na região de Cruz do Espírito Santo e Sapé. Possivelmente Eptácio não queria perder um poder político municipal naquela região. Além disso, no ano de 1920, foi oferecido, novamente, o cargo de prefeito de Cruz do Espírito Santo, porém, o mesmo recusou o convite justificando sua atuação no funcionamento da Usina Bomfim⁵².

⁵⁰ Gomes Mario. *Novas Realizações Em Sapé, Pra Você*, João Pessoa. 1941. P. 26

⁵¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.45.

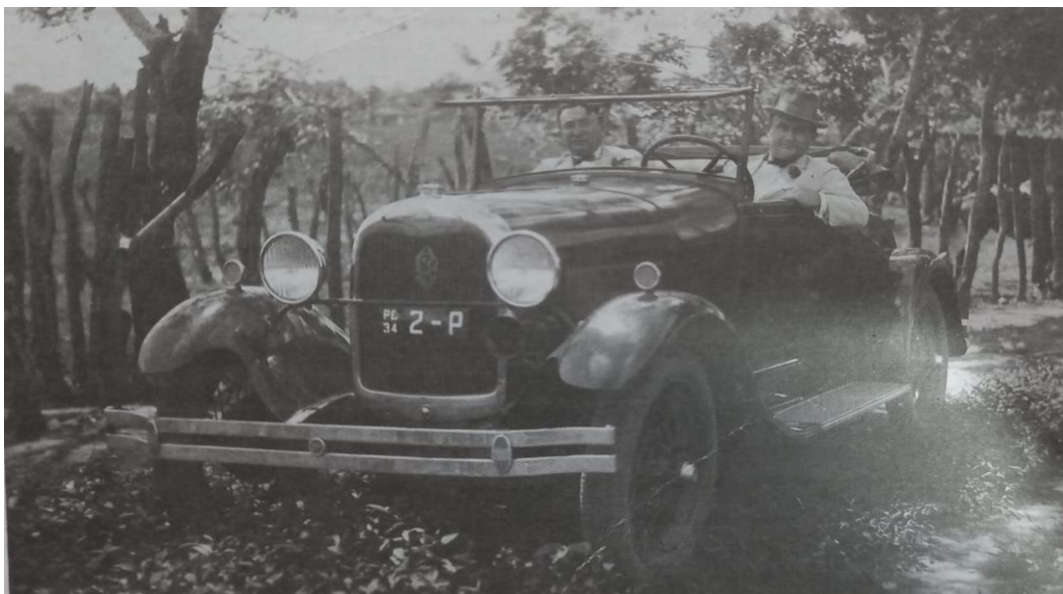
⁵² Gomes Mario. *Novas Realizações Em Sapé, Pra Você*, João Pessoa. 1941. P.27.

Com a chegada dos carros Ford na Paraíba, no início do século XX, não se demorou muito para que o Coronel Gentil Lins viesse a obter um veículo Ford chamado de “Ford de Bigode” ou “Ford Baratinha” como mostra o jornal *O Norte* da Paraíba:

O Presidente do Estado que primeiro adquiriu automóvel para serviços oficial foi o dr. Camilo de Holanda em 1916. Pelo interior, a êsse tempo, nada ainda em 1917 o senhor de engenho Gentil Lins de Pacatuba adquiriu um Ford, o primeiro da marca importado na Paraíba. Ficou algum tempo em transito circunscrito à Varzea e a Capital.⁵³

O coronel Gentil Lins foi o primeiro a comprar o veículo importado dos Estados Unidos. Por isso era visto com tamanha surpresa, pois os poucos carros Fords que tinham no estado eram do continente europeu. A aquisição do veículo veio para que tivesse fácil locomoção em suas propriedades, assim como seu transporte para a capital do estado.

Imagem 2 - Coronel Gentil Lins em seu Ford Baratinha



Fonte: FERREIRA;Juraci Marques.(2013,p.203)

Voltando-se ao início, em Pacatuba, o coronel Gentil Lins estava vinculado à interesses e avanços, sendo o primeiro da região a levar energia para sua propriedade, quando até mesmo Recife, segundo relato do jornal, ainda não tinha energia elétrica. A informação sobre a instalação da hidroelétrica foi noticiada como

⁵³ Em 1870 apareceu em terras paraibanas o 10. Automóvel. *O Norte*, João Pessoa. Nº1491. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=17928>. Acesso em 20 de Abr. 2019.

uma avançada tecnologia da época que foi utilizada na fazenda do coronel Gentil Lins, conforme expõe o Diário de Pernambuco:

A primeira instalação hydro-electrica da Parahyba foi levada a efeito na fazenda Pacatuba, pelo sr Gentil Lins. Seu proprietário, município de Sapé, em 1910, antes mesmo de existir iluminação elétrica na capital do estado de Recife e o pasmo causado pelo acontecimento de então, assumiu proporções indescritíveis, servindo-me da clássica expressão⁵⁴.

A propriedade tinha uma extensa terra, havendo vasta mata e com nascente de água, o coronel Gentil Lins buscou se utilizar do curso dessa água, construindo a hidroelétrica, gerando energia que fornecia para o engenho Pacatuba, com maquinários destinados a produção de açúcar. Era o desenvolvimento na melhoria do engenho, sendo uma forma de tentar aumentar a produção à qual o coronel conseguiu aproveitar para evoluir e gerar uma progressão em seu engenho.

Seus avanços contribuíram automaticamente para o crescimento da Paraíba, em decorrência deste fato recebeu a visita do Presidente do Estado em sua propriedade, em 1921, quando o jornal *Diário de Pernambuco* enalteceu a visita do Presidente da Paraíba Sólon de Lucena⁵⁵ ao distrito de Sapé, para visitar a obra da estrada ligando o distrito de Sapé a cidade de Mamanguape. A estrada estava sendo construída pela Inspetoria de Obra Contra a Seca⁵⁶. Após a inspeção, o governador visita a residência do coronel Gentil Lins:

O dr. Solon de Lucena acaba de fazer uma visita a estrada de rodagem do Sapé, visita que foi assim descripta pela União desta capital, edição de 24 do corrente.[...] De volta o chefe do governo tocou em Pacatuba, almoçando com o Cel. Gentil Lins, proprietário desse importante centro de cultura.S. Exc percorreu parte da propriedade que é uma as mais pitoresca e dotadas de benefícios da região da caatinga. Em Pacatuba está montada a Usina "Bomfim" cujos machinismos são movidos pela "hulha branca".⁵⁷

O jornal ainda informa sobre a visita do presidente do estado à residência do Coronel Gentil Lins, em Pacatuba, almoçou com o Coronel e, depois, percorreu

⁵⁴ Quedas d' agua do Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 1928, n 187. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&pagfis=24123. Acesso em 20 de abr. 2019.

⁵⁵ Sólon Barbosa de Lucena, nasceu em 27 de março de 1877, em Bananeiras-PB, filho de Virgínio Barbosa de Lucena e D. Amélia Florêncio de Melo. Na Paraíba foi Deputado Estadual (1912 e 1919), Deputado Federal (----), Presidente do Estado (1920-1924). Faleceu em 04 de abril de 1926.

⁵⁶ A Inspetoria de Obra Contra a Seca foi o primeiro órgão federal criado com a finalidade o combate às secas que afligiam o Nordeste. No governo do Presidente Nilo Peçanha (1909-1910) através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909 criou o órgão subordinado ao Ministério da Aviação e Obras Públicas.

⁵⁷ O "Diário" da Paraíba. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 1921, n. 97. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&pagfis=3561. Acesso em 27 de jun. 2019.

parte das terras da fazenda, inclusive visitando a primeira hidrelétrica da Paraíba, que o deixou impressionado. O jornal chama de “Hulha Branca” que seria uma hidroelétrica que gerava energia através da queda d’ água da cachoeira. É importante ressaltar que, neste período da visita do presidente do estado, a produção de energia elétrica não mais beneficiava o engenho Pacatuba, mas a usina Bom Fim. Foi um mecanismo que desenvolveu economicamente o lugar.

Esse crescimento do coronel Gentil Lins segundo Juraci Marques Ferreira⁵⁸, veio decorrido pouco tempo do seu casamento, que prosperava consideravelmente e já estava como proprietário do antigo engenho Pau d’ arco, as terras pertencentes antes à família do poeta Augusto dos Anjos, e logo depois de alguns anos, projetou a mudança para a conhecida Usina Bonfim.

Com as suas terras vinculadas a Cruz do Espírito Santo, cidade onde se tinha grandes cultivos de cana de açúcar, milho, feijão, mandioca, algodão e arroz, tendo seu nome no *Anuario Almanak Laemmert* de 1915 até 1928⁵⁹, classificou o coronel Gentil Lins como agricultor, lavrador, criador e capitalista. Vinculado desde o início como agricultor passava agora a ser conhecido como um capitalista, um homem de negócios que emprestava dinheiro a juros, e compra e revendia bens.

3.1. As adaptações do coronel Gentil Lins na Década de 1920

Na década de 1920 era Epiácio Pessoa quem continuava controlando a política no estado, escolhendo quem iria ficar à frente da presidência da Paraíba neste período, como aconteceu na eleição de 1924 quando Sólon de Lucena indicou o nome de João Suassuna como candidato da situação, como mostra Pinto:

Na escolha do seu nome deu-se um rompimento político da Bancada Federal e de elementos de prestígio, iniciado no Rio pelo Deputado Otacílio de Albuquerque. Achava a Bancada que a escolha de Suassuna tinha sido uma violência política, pois com ela eram hostilizados velhos elementos epitacistas, de grandes serviços prestados ao Estado. Foi uma luta dura. Mas Epiácio, embora fora do poder, mas ainda prestigiado, deu mão forte aos amigos contra os insurretos e este nada puderam fazer. Quase todos se

⁵⁸ FERREIRA, Juraci Marques. *O Processo histórico de Sapé (1757-2012)*. João Pessoa: Ideia, 2013, p.199.

⁵⁹ Espírito Santo. *Anuario Administrativo, Agrícola, profissional, Mercantil e Industrial - Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, ano 1915-1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20192&pagfis=61072>. Acessado em: 27 de jun.2019

reconciliaram com a situação, mas o Deputado Otacilio preferiu lutar. Voltou ao Estado e se incorporou ao “O Jornal”, órgão de oposição⁶⁰

Epitácio Pessoa, chefe da mais poderosa oligarquia paraibana, demorou a responder sobre o nome escolhido, porém aceitou o nome de Suassuna, mas aparecem os descontentes com a indicação do nome de Suassuna. No final o resultado da eleição de 1924 mostrou que Epitácio conseguiu eleger João Suassuna Presidente de Estado.

No âmbito municipal eram os chefes locais que faziam a campanha para os candidatos ao governo. Linda Lewin mostra que Epitácio, com suas manobras políticas no âmbito municipal, solicitava para os chefes locais que escrevessem mostrando as condições da situação e da oposição no município:

Ao se aproximarem as eleições, os chefes locais deviam escrever a Epitácio ou ao governador relatando as suas projeções relativas ao pleito, contendo estimativas aritméticas precisas de suas forças e das forças oposicionistas, e proporcionando uma avaliação do grau de violência esperado para o dia da eleição.⁶¹

O coronel Gentil Lins como chefe local acompanhava a oligarquia de Epitácio Pessoa, e tinha seu domínio entre a cidade de Cruz do Espírito Santo e o distrito de Sapé. Com a chegada das eleições estaduais em 1924, o jornal *A Província*⁶² apresentou o telegrama do coronel Gentil Lins para o então Presidente da Paraíba Sólton de Lucena, informando que estava apoiando à candidatura de João Suassuna a presidente da Paraíba, assinando o telegrama e mostrando sua força política local, conseguindo mais de sessenta assinaturas locais.

Este telegrama teve repercussão política na região, gerando um problema político local, porque o referido distrito e a cidade eram palco de disputa do coronel Gentil Lins e Coronel José Francisco de Paula Cavalcante⁶³ “Cazuza Trombone” que não apoiava a candidatura de João Suassuna, mas estava apoiando a candidatura

⁶⁰ PINTO, Luiz. *Síntese Histórica da Paraíba*. Gráfica Ouvidor. 1960. p. 109.

⁶¹ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.278.

⁶² A sucessão Parahybana. *A Província*, Recife, ano 1924, nº117. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pagfis=11160. Acesso em: 20 de abr. 2019.

⁶³ José Francisco de Paula Cavalcanti, nascido em Itambé-PE, 25 de janeiro de 1853, proprietário dos engenhos Massangana e Santana na cidade de Cruz do Espírito Santo-PB, na carreira política foi deputado estadual. Faleceu em 26 de fevereiro de 1941 sendo sepultado na capela do Engenho Santana.

de Otacílio. Neste caso, no início da campanha, o Coronel José Francisco tinha perdido vários correligionários para o Coronel Gentil Lins.

Com o fim das eleições estaduais de 1924, os resultados da votação pelos municípios começaram a ser divulgados pelos jornais. A cidade de Cruz do Espírito Santo era uma das seções eleitorais com grande influência do coronel Gentil Lins, e seu candidato teve como resultado a vitória na urna, obtendo trezentos e oito votos. O resultado das eleições pelo estado não foi diferente, João Suassuna obteve votação expressiva de dezoito mil setecentos e quarenta e seis votos, conseguindo, com este resultado, a vitória contra Otacílio.

Após a posse do Presidente do Estado da Paraíba, João Suassuna, há um início de perseguições aos adversários na cidade de Cruz do Espírito Santo, resvalando no coronel José Francisco de Paula, que imediatamente sofreu consequências abaláveis, por estar do lado adversário anteriormente, começava-se a perder poder perante o estadual, a população da cidade de Cruz do Espírito Santo sentiu a derrota, logo quem estava ganhando mais poder político na região foi Coronel Gentil Lins que tinha ganhado com sua base política e, com isso, quem ganharia seria o distrito de Sapé, base política de Gentil Lins. Logo o governo passaria a olhar para o distrito graças ao apoio de Gentil Lins.

A partir deste apoio que o coronel Gentil Lins passou à João Suassuna é possível afirmar que o coronel foi um grande influenciador na emancipação política de Sapé, em 1925, e fez com que o governo, a partir daquele momento, passasse a olhar para o Distrito de Sapé como sinal de compromisso do governo para com o coronel que o apoiou. Sapé passou a ser visto como um avançado distrito e a sede deste distrito, a cidade de Cruz do Espírito Santo, foi definindo fruto da resposta do governo para com seu adversário.

Em 1 de dezembro de 1925, o então presidente do Estado, João Suassuna, assinou a lei nº 627⁶⁴, na qual foi extinto o município de Cruz do Espírito Santo, ficando como Distrito de Paz dependente do novo município Sapé, o Presidente do estado fechou o Poder Judiciário que atendia ao município de Cruz do Espírito Santo e Santa Rita. O então presidente justificou essa mudança alegando que o município de Cruz do Espírito Santo tinha estagnado e estava em decadência e tinha perdido

⁶⁴ MAIA, Sabiniano Alves do Rego. *Sapé Sua História Suas Memórias*. João Pessoa: A União, 1985. p.42-43.

território, além de ser muito menor que o município de Santa Rita. Santa Rita tinha uma grande população e era próspero.

Entretanto, não haveria dúvidas sobre aquela antiga perseguição política, na Primeira Republica, pelo telegrama a ser direcionado ao chefe político local, o coronel Gentil Lins, do então Presidente da Paraíba⁶⁵ informando que acabara de sancionar a lei que elevava o distrito de Sapé à categoria de município. Assim, o Presidente faz do distrito de Sapé uma cidade, agora a vila principal, e deixando a cidade de Cruz do Espirito Santo, naquele momento, como distrito que dependeria a partir de então, da nova Sapé, sendo o chefe local e prefeito interventor o coronel Gentil Lins.

Sendo a maior derrota que a oposição de Cruz do Espirito Santo estava vivenciando, e nenhuma cidade havia de sofrer uma grande derrota como esta, no estado da Paraíba. Pela primeira vez testemunhamos uma cidade paraibana cair em decadência e regredir como distrito. Cruz do Espirito Santo conviveu um período de declínio estarrecedor, e o coronel José Francisco de Paula não teve outra opção, a não ser assistir a cidade onde tinha seu poder local voltar a ser distrito através do decreto do Presidente da Paraíba⁶⁶, depois de vinte anos de emancipação, quando esta pertencia ao município de Pilar.

Os acontecimentos na cidade de Cruz do Espirito Santo era uma resposta para o coronel José Francisco de Paula. Sobre isso, podemos relacionar com a ideia de Victor Nunes Leal, que para “os amigos pão, para os inimigos pau”⁶⁷ era a resposta do governo estadual para o coronel José Francisco que estava sendo humilhado publicamente e o coronel Gentil Lins sendo alimentado com mais poder local e recebendo todo auxílio e prestígio do governante estadual.

Na emancipação política da vila de Sapé houve uma grande festa no dia 31 de dezembro de 1925. O convidado de honra foi o defensor da conquista da autonomia de Sapé, o presidente João Suassuna que chegou com sua comitiva, vindo de trem, e sendo recepcionado com grande festa como mostra o Jornal União:

O trem do horário, a que fôra atrelado o carro especial, chegou ao Sapé pouco antes das 16 horas. Na estação da Great Western aguardava s. exc

⁶⁵ MAIA, Sabiniano Alves do Rego. *Sapé Sua História Suas Memórias*. João Pessoa: A União, 1985. p. 45.

⁶⁶ Id., 1985, p 42-43

⁶⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.60.

e sua comitiva uma verdadeira multidão destacando-se numerosas famílias e pessoas representativa da villa. A aproximação do comboio foram queimados grandes kyrandolas e salvas de bombas armados no pateo da matriz. Saltando entre aclamações o chefe do executivo foi coberto de flores jogadas por gentis senhoritas.⁶⁸

Com grande festa de várias inaugurações e banquete com a visita do Presidente do Estado e sua aproximação com o coronel Gentil Lins que fora escolhido para prefeito através de nomeação do Presidente. O então chefe local ficou no cargo até meados de 1929, depois da eleição do presidente João Pessoa ao governo do estado.

Depois do ato de posse para o primeiro Prefeito da cidade, inaugurações e do baile, ao amanhecer, o jornal *A União*⁶⁹ mostra que o presidente do Estado partiu de carro para a residência do coronel Gentil Lins em Pacatuba, conhecendo sua propriedade e tomando um café da manhã.

Como primeiro prefeito o coronel Gentil Lins se limitou a fazer uma gestão centralizada na abertura e conservação de estrada entre o município e na zona rural como expõe Juraci Marques Ferreira:

Também, Gentil Lins, como administrador de Sapé exerceu um grande trabalho no que diz respeito à abertura e conservação de diversas vias de comunicação na sede do Município e zona rural. [...] No centro da comunidade e povoações, abriu trechos de ruas e introduziu melhoramentos em muitas delas.[...] Quanto às estradas, especialmente aquelas ligando o Município aos principais centros, seja a Capital, cidades vizinhas ou as povoações locais, jamais deixou de mantê-las conservadas. Muitas das vezes teve inclusive de contar com o apoio do governo do Estado para realizar os serviços necessários.⁷⁰

Sendo a gestão do coronel Gentil Lins sempre ligada a construção de estrada, o próprio Presidente do estado deixava os serviços de construção próximo a Sapé, na responsabilidade do coronel, ocorrendo com o reparo da estrada de Cobé a Pilar que havia sido feita pela Inspetoria Contra a Seca. O prefeito de Sapé e Pilar ficaram na responsabilidade desta obra, ficando a Prefeitura de Sapé com a maior parte da conservação chegando a aproximadamente vinte e cinco quilômetros de estrada,

⁶⁸ A Instalação do Município de Sapé. *A União*. Paraíba, 1926, Nº2. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acesso em 20 de mai. 2019.

⁶⁹ A instalação do município de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1926, Nº 02. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acessado em: 22 de abr. 2020.

⁷⁰ FERREIRA, Juraci Marques. *O Processo histórico de Sapé (1757-2012)*. João Pessoa: Ideia, 2013, p.200.

ainda com a construção do pontilhão sobre o riacho que ligava até a cidade de Pedras de Fogo, onde encontrava-se dificuldade em trafegar entre a capital e Recife.

Assim como para a construção da estrada de Santa Rita a Pedra de Fogo, o Coronel Gentil Lins foi contratado pelo Presidente do Estado conforme mostra o jornal *A Manhã*:

O Presidente Suassuna Contratou com o Sr. Gentil Lins, Prefeito de Sapé, a construção do trecho de estrada de rodagem entre Santa Rita e Pedras de Fogo. Logo que estiverem concluídos os trabalhos dessa construção, a capital da Parahyba estará ligada a Recife por uma boa estrada.⁷¹

Pode-se sugerir a hipótese a partir dessas informações sobre o coronel Gentil Lins, sendo o início de sua atividade na construção e conservação de estrada para o Poder Público e depois o levando a entrar como sócio de uma empresa no setor privado com o mesmo vínculo de atividade.

Assim foi todo o seu mandato de Prefeito, com abertura de estradas, inauguração de iluminação elétrica para o distrito de Espírito Santo. Em 1929 com a posse do novo Presidente da Paraíba, João Pessoa⁷² nomeou para prefeito o senhor Moacir de Souza Maciel

Mesmo sendo nomeada outra pessoa para o cargo de prefeito a partir 1929, o coronel Gentil Lins continuava como chefe local, sendo ele a pessoa responsável a aconselhar o governo estadual, indicando os nomes dos prefeitos para a cidade de Sapé. Linda Lewin mostra que eram esses chefes locais os conselheiros da política dos governadores:

[...], um mesmo indivíduo era o prefeito e o chefe político ou chefe partidário. O governador nomeava o chefe político, também chamado de “chefe local”, que estava encarregado de proporcionar os votos para a máquina do partido estadual. Idealmente, o Prefeito e o chefe político podiam “aconselhar” o governador quando às manobras facionais locais, fornecendo as informações políticas essenciais para uma estratégia eleitoral bem-sucedida.⁷³

⁷¹ Uma estrada na Parahyba. *A Manhã*, Rio de Janeiro nº 00656. Disponível em; <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=&pagfis=4436>. Acessado em 20 de abr. 2019.

⁷² João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nasceu em Umbuzeiro-PB, 24 de janeiro, foi advogado e político brasileiro. Foi, ministro da Junta de Justiça Militar, auditor-geral da Marinha, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Paraíba (1928-1930). Foi candidato a vice-presidente em 1930 na chapa de Getúlio Vargas, mas perderam para a chapa governista. Sendo assassinato em 26 de julho de 1930, na Confeitaria Glória em Recife, por João Dantas, enquanto ainda era governador, é considerado uma das causas da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levando ao cargo Getúlio Vargas.

⁷³ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.220.

Entre o período de 1929 a 1935 o coronel Gentil Lins era a pessoa que guiava os rumos da cidade e do partido. Esteve como chefe local e presidente do diretório municipal na base situacionista na região do vale da Paraíba, sua posição perante o governo neste período o fazia possuir grande força local e econômica. Sua residência foi palco de diversas visitas de vários presidentes de estado da Paraíba em diferentes períodos, assim como fazia várias visitas ao palácio do governo da Paraíba, em que diferentes acordos faziam com que o coronel desse resposta baseada nos resultados das urnas, através das eleições do estado no município.

Entretanto, o coronel Gentil Lins não permanecia estabelecido só na política local, havia outros interesses, que possibilitava uma diferente mudança, porém seria outro avanço para seu tempo. O coronel Gentil Lins passou a se adaptar as transformações econômicas da época, diferentemente da grande maioria dos coronéis de seu tempo, enquanto muitos dos coronéis estavam engajados em suas terras no meio rural já em decadência, o coronel Gentil Lins mostrava-se no final da década de 1920 com atuações ligadas ao setor privado, a princípio como sócios de algumas empresas.

Todavia, o coronel Gentil Lins em 1927, dá início à exploração de novos negócios, passando de um coronel ligado ao campo de usineiro e chefe local para o setor privado como sócio de empresas. O jornal *Correio da Manhã* mostra, em uma de suas manchetes o coronel Gentil Lins e a sociedade com a empresa de energia elétrica de nome *Guerra & Lins*:

A fábrica de cortumes S. Jose rua do Rio . 2 em Alagoa Grande, Parahyba do Norte, que girava sob a firma individual de Felix Guerra, passou a adoptar a razão social de Guerra & Lins, para exploração do mesmo ramo de negócios, cortumes e fornecimento de luz e energia eléctrica, composta dos sócios solidários Felix de Albuquerque Guerra e Gentil Lins de Albuquerque.⁷⁴

Era uma empresa que tinha ligação com Felix Guerra que havia sido prefeito de Alagoa Grande e deputado da Paraíba, era primo de Epitácio Pessoa, e naquele momento, tinha o então prefeito de Sapé o Coronel Gentil Lins como sócio. A empresa estava situada em Alagoa Grande e trabalharia no fornecimento de energia elétrica.

⁷⁴ Informações Diversas. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1927, n 9.973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=30913. Acesso em: 02 de mai. 2019.

Em 1929 o coronel Gentil Lins já estava como sócio de outra empresa, estando vinculada a abertura e conservação de Estrada com o nome *Gentil Lins e Paes Leme Ltd*, trabalhando a serviço do Governo Estadual da Paraíba, conforme documento encaminhado pelo Presidente do Estado da Paraíba, em exercício, João Pessoa, em mensagem à Assembleia Legislativa a relatos da empresa:

A empresa Gentil Lins e Paes Leme Ltd, vae mantendo com morosidade a conservação de 329 kilometros de estradas trafegáveis, sendo 225 no trecho que, passando por Alagoa Grande e Campina, liga esta capital e Soledade e 94 ditos Compreendidos entre cobé e Ingá.⁷⁵

Esta empresa tinha em sociedade o coronel Gentil Lins e o senhor Júlio Paes Leme, esta junção levou a empresa a executar alguns serviços para o estado, abrindo e conservando as estradas no estado da Paraíba.

Em 1930, em manchete no jornal *A União*, foi divulgada a visita do Presidente Álvaro de Carvalho com coronel Gentil Lins representante da Empresa construtora da Estrada, trabalhando em conjunto com o governo:

O presidente do Estado visitou ante-hontem as obras do interior. Com o fim de visitar as obras públicas em construção, viajou ante-hontem, até ás proximidades de Soledade, o presidente Alvaro de Carvalho. S. exc. Percorreu os trechos de estradas a cargo do Estado e de empresas particulares, recebendo de grande parte desse percurso lisongeira impressão. [...] O presidente Alvaro de Carvalho viajara em companhia do Coronel Gentil Lins, sócio da Empresa Constructora, e do fiscal do governo, dr Coelho sobrinho, regressando ante-hontem, á noite, a esta capital.⁷⁶

É importante evidenciar que, mesmo após a morte do presidente do Estado João Pessoa, o coronel Gentil Lins continuou prestando serviço para o governo do estado, com a empresa de conservação de estrada.

3.2 O Inventário de Alice Vieira Lins

⁷⁵ Mensagem Apresentada pelo Presidente do Estado da Paraíba a Assembleia Legislativa pelo vice-presidente do Estado Dr. Alvaro Pereira de Carvalho e elaborada pelo Presidente Dr João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, referente ao período de julho de 1929 a junho de 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873535&pagfis=2367>. Acesso em 20 de abr.2019.

⁷⁶ O presidente do Estado visitou anteontem as obras do interior. *A União*, João Pessoa, 1930, Nº 224. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/setembro/a-uniao-27-09-1930.pdf/>. Acessado em 10 de mai. 2020.

Analisar o inventário de Alice Vieira Lins⁷⁷ esposa do coronel Gentil Lins é, sobretudo, a busca em identificar o poder econômico do casal, especialmente, podemos observar o poder econômico na região do coronel Gentil Lins, já que a maioria dos bens tem em comum o contexto da vida produtiva e econômica do coronel. O valor total dos bens informado pelo avaliador foi de setecentos e cinquenta e dois contos e vinte e um mil reis, levando em pressuposto a avaliação sobre os bens deixados pela falecida que será dividido entre o coronel e filhos.

Em abril de 1930 veio a falecer Alice Vieira Lins, e todo o processo do inventario só é terminado em 1932, sendo o inventariante o coronel Gentil Lins. O coronel teria direito a metade dos bens e a outra metade seria dividida entre os filhos, com uma vasta lista de bens e objetos para ser avaliados e divididos entre os herdeiros.

Sendo um dos primeiros itens na lista do inventário a mobília da casa grande do engenho de Pacatuba, e a própria residência do casal desde o casamento, possuindo uma valiosa e importante mobília na sala de espera, visita e sala de refeições. Gilberto Osorio mostra informações da casa grande do engenho Pacatuba:

[...] e a casa grande do engenho Pacatuba marcou época. Conservava ainda as sombras da moldura, que foi muitas recepções galantes de muito almoço ruidoso debaixo do frontoso alameda de mangueiras depois do banho na cachoeira. Casa onde só se entrava raspando antes a sola dos sapatos em barras de metal chumbados nos batentes. E nas paredes de cuja a sala de jantar pintadas a óleo, alargam-se murais com clássicos motivos da paisagem carioca. Era o engenho do Coronel Gentil Lins, um comunicativo e afável sibarita que viajava para o sul de vez em quando nos começos do século, só para visitar parentes nas Minas Gerais e foi o primeiro Prefeito de Sapé.⁷⁸

A propriedade, que foi doação do sogro depois do casamento, o casarão, sendo a sede da fazenda e tinha provavelmente um conformo tanto para o seu dono como para as visitas. Como se sabe, o coronel Gentil Lins tinha recebido o engenho Pacatuba depois do casamento, com referência no inventario, porém, é visto que o engenho nunca saiu do nome da esposa. O engenho tinha terras produtivas e cultivo na cana de açúcar, a produção na fabricação de açúcar, possuindo o alambique, ainda tinha armazém para depósito.

⁷⁷ Inventário post-mortem, janeiro 28 de 1932, Juízo Municipal do Termo de Sapé da Comarca de Mamanguape. Alice Viera Lins.

⁷⁸ ANDRADE, Gilberto Osório de Andrade. *Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental III: O Rio Paraíba do Norte*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

O engenho e casarão são originários desde o período colonial. Havendo relatos dos antigos residentes na cidade sobre o casarão, de histórias sobre os primeiros donos daquela localidade que possuíam escravos, que eram colocados no que eles chamam de porão, que fica em baixo da casa. Atualmente o casarão é de propriedade da Usina Japungu, sem haver morador e fechada para visitas.

Imagem 3 – Casarão do Engenho Pacatuba



Fonte: Compilação do autor, 2020

Sobre o engenho observa-se que não restou nem mesmo as ruínas, com relação a seu funcionamento, não obtivemos informações concretas sobre quando o engenho Pacatuba parou de funcionar, havendo uma divergência de datas sobre o último ano de funcionamento. No *Anuário Estatístico do Estado da Paraíba* de 1916⁷⁹ que foi publicado em 1918, consta que o engenho estava na lista em funcionamento, entretanto a revista *Brasil Açucareiro*⁸⁰ descreve que o engenho Pacatuba não funciona desde 1915.

Há uma provável resposta para este declínio do Engenho Pacatuba, o coronel Gentil Lins, quando conseguiu a aquisição do engenho Pau d' Arco em que o

⁷⁹ ANNUARIO estatístico da Parahyba do Norte. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

⁸⁰ Diversas Notas, Engenho Pacatuba, *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, nº1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pagfis=5851>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

mesmo passou a ter o interesse na implantação para a Usina Bomfim, Pacatuba passava a fornecer cana de açúcar a nova usina, tornando-se o início da vida industrial do coronel Gentil Lins.

Sobre os valores estimados pelo avaliador, a propriedade denominada Fazenda Pacatuba, ficou avaliada por cento e cinquenta contos de reis. Dentro da residência ainda foi colocado os itens da sala de espera com doze peças sendo avaliado por cento e cinquenta mil reis, a mobília usada da sala de visita com dezoito peças, ficou avaliada em duzentos mil reis, a mobília da sala de refeições também usados com dezesseis peças avaliada em oitocentos e cinquenta mil reis.

Nas outras referências, no inventário, encontramos relógio de ouro de algibeira, avaliado em quinhentos mil reis, relógio de parede usado, avaliado em cinquenta mil reis.

O coronel Gentil Lins havia sido relacionado como um criador no *Anuario Almanak Laemmert*, e na listagem do inventário apareceu uma grande quantidade de animais que eram criados pelo casal que estavam em nome da esposa: cento e vinte garrotes avaliados em oitenta mil reis, sendo cada um avaliado em nove contos e seiscentos mil reis; oitenta garrotas avaliadas em oitenta mil reis, cada uma valendo por seis contos e quatrocentos mil reis; dez vacas parideiras avaliadas em duzentos mil reis, cada uma a dois contos de reis; vinte vacas solteiras avaliadas por cento e cinquenta mil reis, cada uma valendo três contos de reis; trinta bois de correia avaliados em trezentos mil reis, sendo cada um avaliado por nove contos de reis; dez burros avaliados por cento e vinte mil reis, cada um sendo avaliado por um conto e duzentos mil reis; dez jumentos avaliados em cinco mil reis, cada um valendo cinquenta e um reis; cinco cavalos para serviços de campo avaliados por trinta mil reis, cada um valendo seiscentos e cinquenta mil reis; dez éguas solteiras avaliadas em quarenta mil reis, cada uma valendo quatrocentos mil reis.

Um automóvel Barata da marca Ford usado, avaliado por três contos de reis; trator Ford usado avaliado em oitocentos mil reis; uma máquina de descaroçar algodão usada, avaliada em um conto e quinhentos mil reis; dois arados e um cultivador avaliados em quatrocentos mil reis, sendo cada um por um conto e duzentos mil reis.

Propriedade denominada Engenho Novo, situada na cidade de Pedras de Fogo, ficando avaliado por oitenta contos de reis, posse no Sítio denominado Riachão do Tavares, situada na propriedade Maravalha, com uma casa de taipa

coberta de telhas, avaliada por cinco contos de reis, parte e comum nas terras da propriedade Curral de Cima, sendo avaliada por dez contos de reis; a propriedade Japungu, situada no município de Santa Rita, sendo duas partes na terra malta e demais benfeitorias da referida propriedade, foi avaliada por doze mil contos de reis.

Em continuidade ao inventario, observa-se que, em Sapé, Alice tinha casa situada na rua doutor Epiácio Pessoa, terreno próprio com uma casa de tijolo coberta de telhas onde está instalado o fórum da cidade e a Escola Estadual do sexo feminino, sendo avaliado por dez contos de reis; quatro casas de tijolos cobertas de telhas sem número situada na rua Doutor Epiácio Pessoa de igual estilo, anexadas em terreno própria avaliada por doze contos de reis cada uma valendo três contos de reis; uma casa de tijolos coberta de telhas, situada na rua Doutor Epiácio Pessoa em terreno próprio, anexada às quatro casas anteriores, avaliada por um conto e quinhentos mil reis; um casebre de tijolos coberta de telhas, situada na rua Doutor Epiácio Pessoa, em terreno foreiro, a Usina Trajano de Medeiros, avaliada por duzentos mil reis; uma meia agua de tijolo coberta de telhas sem número, com dezenove de frente em terreno próprio situada na Avenida Vinte e Quatro de Outubro, avaliada em cinco conto de reis;

Possuindo além disso um terreno devoluto, sendo sessenta e oito e meio metro de frente situado na Avenida vinte e quatro de outubro, avaliado por dez contos de reis; uma casa de tijolo coberta de telhas, estilo chovet, sem número, situada na Rua Pedro Américo, em terreno foreiro a Lagoa Cercada, avaliado em dois contos de reis; duas casas anexadas em mau estado de conservação, situadas na Praça Augusto dos Anjos ficando em frente à estação de Greath western, em terreno foreiro a Lagoa Cercada, avaliadas por seiscentos mil reis, cada uma avaliada em um conto e duzentos mil reis; uma casa de tijolo e telhas estilo cholet, com quintal murado e garagem, situada na Rua Doutor Eugenio Toscano sem número, em terreno foreiro avaliado por dois contos de reis; uma casa de tijolos e telhas em construção situada na Rua Sete de Setembro sem número em terreno foreiro a Lagoa Cercada avaliado por um conto de reis.

O avaliador, ainda, faz a observação de que o inventariante, em suas declarações de folhas, declarou ainda que, por esquecimento, deixou de mencionar os seguintes bens: uma prensa para descarçar algodão, avaliada por quinhentos mil reis; cinco carros de boi, usados, avaliados em quatrocentos mil reis, cada um valendo oitenta mil reis; um aviamento de fazer farinha, usado, avaliado por cem mil

reis; quatro novilhos reprodutores, sendo três de raça zebu e o outro holandês que foram avaliados em um conto e seiscentos mil reis, cada um avaliado por quatrocentos mil reis.

Mostrando uma dívida ativa que era uma rescisão de contrato de Construção e conservação de Estradas de Rodagem com o estado da Paraíba, cuja rescisão entrará em litígio promovido, oportunamente, pelo inventariante com o referido Estado, avaliado em duzentos e oitenta contos de reis.

Ao receber de Felix de Albuquerque Guerra, através de hipoteca pelo cartório da comarca de Alagoa Grande, a quantia de trezentos e trinta contos de reis.

Ao receber de Antônio da Silva Melo, conforme promissória, a quantia de seis contos e duzentos mil reis.

O inventário mostra que coronel Gentil Lins tinha maquinário para descaroçamento de algodão com outros acessórios não especificados. Com relação a seu trabalho com este produto, não obtive cálculo exato de seu início e fim ou quanto o mesmo exportou, conforme informação do Ministério da Agricultura no jornal *A União*⁸¹, o coronel tinha dois pontos de descaroçamento de algodão, uma delas na sede da fazenda Pacatuba, usando a marca de Alice e outro ponto ficava em Pedra de Fogo, no engenho novo e utilizava a marca Ivonne.

4. O Coronel Gentil Lins e sua aproximação com João Pessoa, Revolta de Princesa e eleição de 1930

Com o final do Mandato de João Suassuna⁸² no governo do estado da Paraíba (1924-1928) este teve a pretensão de indicar o nome de Júlio Lira, o que foi imediatamente desaprovado por Epitácio Pessoa que enxergava em Júlio Lira um nome fraco politicamente e desconhecido na Paraíba, passando a defender o nome de seu sobrinho João Pessoa, conforme registra Lewin:

Tentando convencer Suassuna a aceitar João Pessoa, Epitácio advertiu sobre a necessidade de “um nome que... não facilite a acção do

⁸¹ Ministério da Agricultura. *A União*, João Pessoa, 1932, nº 82. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1932/abril/a-uniao-10-04-1932.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

⁸² João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna nascido em Catolé do Rocha-PB, 19 de janeiro de 1886. Foi Juiz, político, esteve filiado ao Partido Republicano da Paraíba. Foi deputado federal, e Presidente do Estado da Paraíba (1924-1928). Sendo assassinado em 9 de outubro de 1930, a razão era vingança pela morte do Presidente da Paraíba João Pessoa Cavalcanti.

imperialismo sulista...”, enfatizando que a dissensão no interior da elite política da Paraíba a propósito da candidatura de Lira poderia “dar lugar a graves inconvenientes, entre os quaes o de aguçar o appetite da política do sul, official ou officiosa, sempre inclinada a intervir na escolha dos chefes dos Estados do Norte”. Mantendo a afirmação de que havia sido procurado por membros do congresso e do Executivo, unânimes em adverti-lo de que “um politico que ninguém conhece”, como Lira, seria inaceitaval para o plano federal.⁸³

Diante desta forte advertência sobre o nome de Julio Lira, o Presidente João Suassuna não teve outra opção, contra sua vontade aceita a indicação de Epiácio Pessoa, escolhendo João Pessoa para sua sucessão.

O Coronel Gentil Lins integrava o Partido Republicano da Paraíba e foi à convenção do Partido, no dia 15 de maio de 1928, no edifício da Assembleia Legislativa, onde foi definido a candidatura do Presidente do Estado, o senhor João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e seus vices Álvaro Pereira de Carvalho⁸⁴ e Júlio do Nascimento Lyra, conforme mostra o jornal *A União*:

De accordo com o eu deliberamos em convenção nesta data, vimos recomendar ao suffragio do eleitorado Parahybano os nomes dos candidatos a sucessão presidencial do Estado, para o quadriennio de 1928-1932, que nos foram indicados pelo presidente da commissão Executiva do Partido Republicano. [...] Representantes que somos da maioria nos colégios eleitoraes, esperamos eu os candidatos indicados recebam nas urnas a sagração do voto, numa eleição livre concorrida. Assim, cumpriremos mais uma vez os mandatos básicos do nosso Partido e acataremos a suggestão da palavra leal do nosso chefe dr. João Suassuna, em harmonia com a sabia inspiração de Epiácio Pessoa.Parahyba, 15 de maio de 1928. [...] Mario Vianna, Juvencio Andrade, José Jeronymo de Barros Ribeiro, Gentil Lins, Honorato Paiva. ⁸⁵

Dessa maneira houve a convenção do partido, porém o presidente do Estado, o senhor João Suassuna, não compareceu. Na edição do sábado, o Jornal Correio da Manhã⁸⁶ mostrava a atitude de João Suassuna, que não havia comparecido mesmo sendo este o presidente do estado e presidente da comissão executiva do

⁸³ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record,1993, p.326-327.

⁸⁴ Álvaro Pereira de Carvalho, nascido em Mamanguape em 1885,político e escritor brasileiro. Com o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, Álvaro Pereira de Carvalho assumiu o governo na qualidade de vice-presidente, de 26 de julho a 4 de outubro de 1930.

⁸⁵ A sucessão presidencial. *A União*, João Pessoa, 1928, Nº105. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/maio/a-uniao-15-05-1928/>. Acesso em 20 de mai. 2020.

⁸⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1928, n 10.233. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=34535. Acessado em 19 de abril de 2019.

partido, porque estava insatisfeito pela indicação que havia sugerido e não teve aprovação de Epitácio Pessoa.

Entretanto, mesmo com este ocorrido, o nome de João Pessoa foi escolhido por unanimidade como candidato ao governo da Paraíba. Sendo o candidato único na eleição, o candidato do Partido Republicano, o senhor João Pessoa, obteve vinte e um mil e vinte três votos nas urnas, obtendo votação expressiva pelo estado da Paraíba, como mostra o *Jornal Correio da Manhã*⁸⁷.

Visto que o coronel Gentil Lins conhecia João Pessoa desde a época em que estudaram juntos, votou pela escolha do nome de João Pessoa para o cargo de Presidente do Estado, já que era membro do diretório do partido municipal. Ainda mostrou todo seu apoio nas urnas, em seu domínio local, conseguindo, na cidade de Sapé, 358 votos.

Além disso, o coronel Gentil Lins permaneceu sempre com correlação a projetos do governo do Presidente João Pessoa. É observado que sua influência local e sua busca em apoiar o governo de João Pessoa faz com que sempre estivesse à disposição para ajudar nos projetos que estavam em seu interesse.

Convém destacar o favoritismo que o coronel Gentil Lins teve no governo do Presidente João Pessoa, quando este estava no governo da Paraíba (1928-1930). Compete ressaltar a provável ligação do oligarca com o chefe do poder estadual que se dava através da relação clientelística, isto é, o coronel favorecia o governo através de sua liderança e influência de votos locais para os governantes e como resultado deste apoio, o coronel recebia o direito para nomeações de cargos, como mostra Nunes:

A essência, portanto, do compromisso “coronelista” – salvo situação especial que não constituem regras – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar.⁸⁸

⁸⁷ Eleição presidencial parahybana , *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1928.nº 10269 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=35239. Acessado em 20 de abril de 2019.

⁸⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.67-68.

Assim, o coronel Gentil Lins recebia, em troca do apoio oferecido, vagas de emprego, no estado. O coronel transferia o resultado da sua força política para o laço familiar, logo os seus genros foram nomeados nos cargos do estado, e estavam vinculados na vida política ou em empreendimentos. Porém as nomeações não ficaram só no âmbito de domínio do coronel, alguns cargos foram oferecidos fora desta abrangência do poder local, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Vínculos dos familiares do Coronel Gentil Lins

Nome	Parentesco	Cargo	Ano
José de Ávila Lins	Genro	Engenheiro da Inspetoria de Obras contra a seca	1920
		Deputado Estadual	1927-1928
		Prefeito da Capital Paraibana	1928-1930
Waldemar Leite de Araújo	Genro	Secretário Interino da Recebedoria de Rendas	1928
		Gerente do Banco do Estado da Paraíba	1928
Ademar Vidal	Genro	Procurador Geral da República	
		Secretário de Interior e Justiça	1929
		Secretário de Segurança Pública	1929-1930
Abílio Costa	Genro	Prefeito de Sapé	1929-1930
		Chefe do Escritório da Empresa de Conservação de Estradas	1930
		Vice Prefeito de Sapé	1931
José Vieira Lins	Filho	Prefeito de Sapé	1935-1937

Fonte: Compilação do autor, 2020

Podemos partir do pressuposto de que o coronel Gentil Lins tenha pedido não só para um genro, mas por todos, e os colocando em um espaço de poder. Ao analisar sobre José de Ávila Lins, este é citado no livro de Epiácio Pessoa⁸⁹ que, no ano 1927, teve seu nome na lista de prováveis candidatos a deputado estadual, como justificativa era uma vaga ao coronel Gentil Lins que muito merecia. Além disso, informa que era um pedido para si ou pelo genro para entrar na lista dos candidatos a deputado. Com o nome na lista, foi eleito deputado estadual e, com a vitória de João Pessoa, o mesmo foi indicado para o cargo de prefeito da capital paraibana. Assim podemos perceber que os cargos mostravam o enorme prestígio do coronel Lins.

Adhemar Vidal ocupou o cargo de procurador da república, porém como Gentil Lins apoiou João Pessoa na Campanha da Aliança Liberal, este foi

⁸⁹ PESSOA, Epiácio Lindolfo da Silva. *Na política da Paraíba: (2ª fase: 1912-1935)*, volume 15, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1962, p.359.

perseguido e exonerado, sendo convidado por João Pessoa para comandar duas secretarias: secretaria do Interior e Segurança Pública. Abílio Costa, que foi prefeito de Sapé entre 1929 até 1930, depois assumiu o posto de chefe do escritório da Empresa de Construção e conservação de Estradas. Waldemar Leite de Araújo, assumiu interinamente a secretaria de Recebedoria de Rendas, depois foi convidado para o cargo de gerente do Banco do Estado da Paraíba.

Entretanto está influência do coronel Gentil Lins com o presidente João Pessoa, não ficaria só nos cargos. O coronel passa a contribuir com a sua empresa fazendo obras de conservação e construção de estradas para o governo, como já foi citado neste trabalho.

Em seguida podemos encontrar uma manchete do jornal *A Noite* mostrando o coronel em outra iniciativa, na fundação do banco do Estado, de iniciativa do presidente do Estado da Paraíba:

PARAHYBA. Está sendo organizado o Banco do Estado, do qual serão fundadores os Srs, José Americo de Almeida, Guilherme Kroncke Oliveira, Von Shostem, Drs. João Ursulo, Irineu Joffily Veloso Borges, Demosthenes Barbosa e Gentil Lins.⁹⁰

A organização do Banco teve a iniciativa do governo de Sólon de Lucena (1920-1924) que só saiu do papel no governo do Presidente João Pessoa, que buscava organizar e fortalecer o estado, com a ideia de não necessitar do Banco do Brasil. Era um investimento para o estado que o presidente colocaria todos os municípios como acionistas.

O Presidente João Pessoa teve a ideia de reformulação do estado, problemas que geraram a guerra tributaria, tentativa de dissolver o privilégio do coronelismo local e a perseguição ao banditismo. Com problemas para governar o estado, seu temperamento forte dificultou para suas tentativas de mudança política até mesmo com os chefes locais, como mostra Lewin:

João Pessoa é lembrado na Paraíba como um reformador com muitos objetivos progressistas para seu estado natal. Todavia, tanto em experiência como em temperamento, estava pobremente equipado para realiza-los. Seu preparo profissional anterior conformara-o a um perfil de auditor e de juiz, o que significa que estava mais acostumado a tomar decisões do que a negociá-las. Na política do toma-lá-dá-cá dos chefes

⁹⁰ A Parahyba Vae ter um banco do Estado. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 1928, n. 6.149. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pagfis=24593. Acesso em 26 de maio de 2019.

locais da Paraíba, essas características colocavam-no decididamente em desvantagem.⁹¹

Partindo do pressuposto que o seu despreparo no governo o tenha levado a medidas que tão logo criaram dificuldades em governar, e a busca em dissolver a força dos coronéis locais, o Presidente encontrava problemas em fazer acordos com alguns coronéis, sendo que alguns eram perseguidos, outros que compartilhavam de suas ideias eram apadrinhados.

O Presidente João Pessoa tentou organizar o sistema financeiro, para isto encontrou a forma de implantar as taxas de pedágio de lei estadual que criava impostos de exportação e importação para outros estados, era um sistema de arrecadação tributária como mostra Rodrigues:

[...] O sistema fiscal que implantou estabelecia inovações como a taxa de pedágio, o que, além de demandas judiciais contra o Estado, lhe valeu os apelidos de “João Porteira” e “João Cancela”, por causa dos postos de cobrança espalhados pelas estradas de rodagem e carroçáteis. Porém, a iniciativa mais marcante de sua administração, neste âmbito, se configurou no imposto de importação criado, origem do que o *Jornal do Commercio* de Recife chamou de *Guerra Tributária*.⁹²

O sistema tributário gerou uma insatisfação em muitos coronéis, que procuravam exportar sua produção pelo porto dos estados vizinhos, já que achavam inviáveis encaminhar para o porto de Cabedelo, sendo escolha de muitos coronéis da região do sertão paraibano o porto de Pernambuco.

Esses atos administrativos do governo de João Pessoa influenciaram o maior problema no estado: A Revolta de Princesa, que vai decorrer de alguns fatores já citados, entre eles as mudanças tributárias e por último a organização da chapa na eleição federal. O governo teve a iniciativa de excluir alguns nomes, com a informação de que haveria uma renovação e, com isso, não teria nomes para a reeleição, e isso gerou o revés no governo de João Pessoa.

A Revolta de Princesa teve o início no final do mês de fevereiro de 1930, havendo o rompimento entre o coronel José Pereira, liderança na região do Sertão paraibano, e do outro lado, o então Presidente do Estado João Pessoa, conforme mostra Rodrigues:

⁹¹ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.327.

⁹² RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa poder privado x poder instituído*. São Paulo: Editora brasiliense. 1981, p. 10.

A revolta de Princesa foi um movimento sedicioso que envolveu, de um lado, os comandados do “coronel” José Pereira Lima e, do outro, as tropas da polícia militar da Paraíba. Iniciou-se a 28 de fevereiro de 1930, com o rompimento político-partidário entre José Pereira e João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, governador (naquele tempo “presidente”) do Estado, e se prolongou até 26 de julho daquele ano.⁹³

Sendo um conflito que persistiu aproximadamente por seis meses, neste período o governo não tinha condições de permanecer em uma guerra dentro do estado, Além de problemas financeiros, o efetivo policial era pouco e o presidente não tinha interesse no apoio do Governo Federal.

Diferentemente do Presidente, o coronel José Pereira tinha aproximadamente dois mil homens a sua disposição, entre eles tinham homens ligados a seu domínio, e homens de coronéis de outras cidades que ofereciam apoio, como os homens da família dos Duarte Dantas que comandavam Teixeira.

O Presidente João pessoa só tinha em sua força pública oitocentos homens entre eles, não combatentes e até mesmo policiais ligados à banda de música da força pública. Alguns batalhões haviam sido extintos, para contenção de despesa, medida que o presidente tinha para manutenção da economia no estado⁹⁴.

O Presidente do Estado passando por dificuldades, estando limitado a quantidade de soldados, armas e até mesmo munição, conseguiu o apoio dos coronéis, para manter seus soldados em combate, passando a receber ajuda em dinheiro, como mostra o Jornal União⁹⁵. O movimento tinha a iniciativa de muitos coronéis que apoiavam o governo do presidente João Pessoa e buscava ajudar financeiramente na luta contra o coronel José Pereira.

O dinheiro era para ajudar os soldados combatentes da guerra contra Princesa. A cidade de Sapé contribuiu com trezentos e quarenta mil réis, sendo assim, o Coronel Gentil Lins encabeçava a lista ajudando com aproximadamente 50 mil réis, o maior doador na lista. Além disso, conforme apresenta Mello⁹⁶, o Jornal do Commercio de Pernambuco divulgou que o coronel Gentil Lins havia enviado da cidade de Sapé, cento e cinquenta homens para ajudar na Força de Segurança do Presidente do estado no movimento contra José Pereira.

⁹³ Id.,1981, p. 7.

⁹⁴ RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa poder privado x poder instituído*. São Paulo: Editora brasiliense.1981, p 29.

⁹⁵ O Município Do Sapé contribuiu com 340\$000. *A União*, João Pessoa, 1930, nº150. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/julho/a-uniao-01-07-1930.pdf/>. Acesso em 20 de mai. 2020.

⁹⁶ MELLO, José Octávio de Arruda. *Revolução estatizada; um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. Campina Grande: EDUEPB,2014. P. 218.

Devemos observar que o então Secretário de Segurança Pública, o senhor Ademar Vidal, era genro do coronel Gentil Lins. Acredita-se que havia uma tentativa de ajudar seu genro que estava no cargo e o presidente do estado João Pessoa.

Mesmo com dificuldade no sertão do estado, João Pessoa aceitou o convite de Vice na chapa da Aliança Liberal, na eleição presidencial de 1930, havendo o rompimento da política café com leite, este rompimento foi causado por Washington Luís, conforme mostra Schwarcz, Starling:

A eleição de 1930 capturou o sentimento do fim de uma era. O equilíbrio político que fragmentou a distribuição do poder através de um arranjo não escrito entre o governo federal e as elites regionais – a política dos Governadores – foi rompido pelo próprio presidente da República, Washington Luís. Ninguém esperava que ele insistisse na candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, a sua sucessão, pondo fim à alternância de mineiros e paulistas na condução da política nacional.⁹⁷

É importante ressaltar que Washington Luís faz esse rompimento no momento em que deveria ser escolhido um candidato a presidente do estado de Minas Gerais e isso não vem a acontecer, pois o candidato escolhido foi o presidente do estado de São Paulo, o então Júlio Prestes. Para Washington Luís seria a melhor maneira de anular a troca de favores existente entre a união e a política dos governadores com os coronéis, mostrando que desta maneira não precisaria dos Presidentes dos Estados para governar, pelo contrário, era só ter o controle dos Presidentes, sendo a partir desta ruptura que os descontentes com os acontecimentos organizaram a chapa da Aliança Liberal, como descreve Lewin:

[...]Washington Luís destruiu o consenso da política do café com leite e assegurou o nascimento da coalizão oposicionista, a Aliança Liberal. Amorfa e mal definida, a Aliança incorporou um grupo heterogêneo de partidários faccionais leais a líderes personalistas que muitas vezes tinham pouco em comum. Embora a Aliança tenha atraído a maior parte dos votos das classes médias urbanas, atraiu também muitos votos entre oligarcas oposicionistas de vários estados, eu representavam interesses rurais.⁹⁸

Todavia a oposição liderada por Antônio Carlos Presidente, do Estado Minas Gerais e Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, constrói uma chapa oposicionista: A Aliança Liberal, indicando o nome como candidato a Presidente da República, Getúlio Vargas, e na buscar de chamar outros estados para a Aliança

⁹⁷ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.351

⁹⁸ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.343.

Liberal, principalmente, do norte do país para ficar como base da Aliança Liberal naquela região. O convite foi feito a Eptácio Pessoa que recusou, porém deu a sugestão do nome de seu sobrinho, João Pessoa, Presidente da Paraíba, para compor a chapa. O convite foi feito, mas a resposta positiva somente viria depois dos conselhos de Eptácio Pessoa, como mostra Lewin:

João Pessoa insistiu, por outro lado, que aceitara a candidatura à vice-presidente a conselho de seu tio, afirmando que sua primeira reação fora a de recusá-la, pois não tinha “amor à política” e desejava retornar a vida privada.⁹⁹

Ao começar a busca pelos apoios e tentar esvaziar o crescimento da Aliança Liberal, o Presidente Washington Luís começa as ameaças enviando telegramas para os líderes locais do Estado da Paraíba. Os telegramas eram enviados pelo Arthur dos Anjos, este era deputado federal e líder da oposição na Paraíba e estava ligado ao Presidente que enviou ameaças para quem não aderisse ao candidato Júlio Prestes, como afirma Lewin:

[...] Washington Luís já havia tomado as primeiras medidas, uma semana antes, para disciplinar João Pessoa e o Estado da Paraíba. O presidente acertou com o deputado federal Artur dos Anjos, líder da Oposição na Paraíba, a demissão de todos os funcionários federais no estado que não houvessem aderido aos “perrepistas” – como eram conhecidos popularmente os partidários de Júlio Prestes e do seu PRP (Partido Republicano Paulista).¹⁰⁰

Estas ameaças ainda chegaram para o Coronel Gentil Lins, informando que ele deveria apoiar a candidatura oficial do Catete, e se isso não acontecesse teria seus genros demitidos como mostra no jornal:

O sr. Arthur dos Anjos telegraphou ao Coronel Gentil Lins, chefe político situacionista do município de Sapé, intimando-o a aderir às candidaturas oficiais sob pena de demissão de seus genros, Srs. Adhemar Vidal, procurador da República e Avelar Lins, engenheiro da Inspectoria de Obras Contra Seccas.¹⁰¹

O coronel Gentil Lins não se mostrou intimidado com o telegrama, já tinha suas razões para apoiar a chapa da Aliança Liberal, já que desde o início do mandato do Presidente João Pessoa tinha uma aproximação muito forte com o governo, e logo enviou o seguinte argumento como mostra Vidal:

⁹⁹ LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.344

¹⁰⁰ Id., 1993, p.345

¹⁰¹ VIDAL, Ademar. 1930: *História da Revolução na Parahyba*, Companhia editorial nacional, 1933, p.65.

“Teve como resposta: “Surpreende seu desembaraço propondo-me indignidade vender nosso apoio. Repelindo afronta tenho informar todos bons paraibanos se acham lado João Pessoa para enfrentar qualquer situação. Gentil Lins”.¹⁰²

Por consequência da resposta que o coronel Gentil Lins enviou ao Presidente Washington Luís seu genro foi exonerado. Entretanto, o coronel Gentil Lins com o prestígio que possuía com João Pessoa e, provavelmente, informando do acontecido, o senhor Adhemar Vidal foi nomeado em departamento ligado ao Governo do Estado da Paraíba.

Na Campanha da Aliança Liberal foi feita caravanas pelo país, que tinha como tentativa buscar o apoio do povo nas ideias Liberais onde, pelo jeito, foi aprovado por muitos, como mostra Schwarcz e Starling:

No segundo semestre de 1929, a Aliança Liberal estava pronta para disputar o coração e a mente do eleitorado brasileiro – e pretendia travar a disputa a céu aberto. Atuando fora do estreito campo institucional e formadas por jovens militantes dispostos a levar a política para as ruas de algumas das principais cidades brasileiras, as Caravanas Liberais transformaram-se num sucesso que se generalizou pelo país. A pauta dessas caravanas começava pelas bandeiras mais populares: anistia aos tenentes e militares rebelados entre 1922-1927, concessão de direitos sociais aos trabalhadores, introdução do voto secreto, diversificação econômica, além do compromisso com a realização de obras para combater a secas nordestinas.¹⁰³

Nas caravanas feitas com o Vice Presidente João Pessoa, da Aliança Liberal, o coronel Gentil Lins como chefe local estava acompanhando, contribuindo assiduamente na campanha, estando em comitivas nas cidades próximas a Sapé. O Jornal União mostra comícios realizados em Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, e o coronel Gentil Lins estava presente como líder político da região.

Após o comício, os caravaneiros tomaram os automóveis, continuando a excursão até Espírito Santo. Essa localidade apresentava um aspecto festivo. Vendo-se as ruas ornamentadas de bandeiras encarnadas. As 16 horas chegou a banda de música do Sapé, tocando vibrantes marchas patrióticas. E também de Sapé vieram várias pessoas representativas, o cel. Gentil Lins, chefe político do município, Orcine Fernandes, dr Belino Souto, José Candido Gonçalves, Leopoldo de Vasconcelos...¹⁰⁴

¹⁰² Id., 1933, p. 66.

¹⁰³ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.355.

¹⁰⁴ A excursão da Caravana “Mathias Freire”, Dois vibrantes comícios liberaes em Santa Rita e Espírito Santo. *A União*, João Pessoa, 1930, nº34. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/fevereiro/a-uniao-11-02-1930.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020

Assim sendo, o coronel estava fazendo parte da comitiva da Aliança Liberal com a presença de João Pessoa visitando o estado de Pernambuco. Sua visita foi feita em algumas cidades realizando rápidos comícios e tentando obter o maior número de eleitores em Pernambuco. Terminando as visitas e, de regresso ao estado paraibano, a comitiva sofre um acidente, como mostra a notícia do Jornal de Recife:

O saudoso dr. João da Matta Correia Lima na companhia do coronel Francisco Gentil Lins, prefeito do município de Sapé, no vizinho Estado da Parahyba do Norte, deixou o Recife, as 20 ½ horas, na baratinha numero 2, do 34º distrito d' aquelle Estado, e carro particular, pertencente ao mesmo coronel Francisco Gentil Lins que o guilava. [...]. O auto vencia 80 kilometros a hora, quando as 22 horas, no lugar denominado coqueirinhos nas immediações de Bella Vista em Oratório, capotou em uma curva pronunciada a esquerda da estrada. Nesse lugar há um declive, o que ainda mais concorreu para dar ao desastre maiores proporções. Da derrapagem saio morto o dr. João da Matta e ferido o coronel Francisco Gentil Lins. Logo depois, passavam pelo local o presidente João Pessoa e sua comitiva. ¹⁰⁵

O *Jornal Pequeno* do estado de Pernambuco enfoca, na noticia sobre o acidente acontecido com a comitiva, tanto a morte de João da Mata como sobre o estado de saúde do coronel Gentil Lins:

Imagem 4 – Noticia do acidente de automóvel na comitiva da Aliança Liberal



¹⁰⁵ A Parahyba de Luto. *Jornal do Recife*, Pernambuco, ano 1929, n. 244. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=108790>. Acesso em 20 de abril de 2019.

Fonte: *Jornal Pequeno* – PE (1929) – Hemeroteca Digital ¹⁰⁶

No acidente, o coronel Gentil Lins era o condutor do veículo baratinha, saiu gravemente ferido sendo socorrido e conduzido para sua residência em Sapé e o jovem João da Mata não resistiu e faleceu no local.

Como resultado das eleições na Paraíba, o presidente João Pessoa conseguiu aproximadamente trinta e dois mil votos, e a oposição conseguiu pouco menos de nove mil votos. Na cidade de Sapé o coronel Gentil Lins telegrafou para o jornal *A União*¹⁰⁷ informando que a cidade tinha obtido mais de oitocentos votos, sendo a diferença de mais de quinhentos votos e todos os votantes da aliança liberal havia comparecido na votação portando lenços vermelhos, em uma atitude que buscava mostrar a força do coronel no resultado da eleição.

A eleição presidencial de 1930 não foi diferente das demais já vistas antes. O presidente Washington Luís tinha a máquina em suas mãos, conseguindo, assim, a força maciça de vários governadores, havendo manobras de fraudes dos dois lados conforme mostra Schwarcz e Starling:

Ainda assim, não havia chance de vitória nas urnas para a oposição. Júlio Prestes tinha o apoio ostensivo de Washington Luís e dos poderosos cafeicultores paulistas. Além disso, o presidente mobilizou a favor de seu candidato a força política de dezessete presidentes estaduais, com autonomia para definir seus próprios métodos de obtenção de votos. Como de costume, as fraudes, o suborno e as coerções eleitorais ocorreram dos dois lados, em todo o país, inclusive nos três estados que sustentavam a composição oposicionista.¹⁰⁸

Com a divulgação do resultado das eleições os candidatos derrotados não tiveram outra alternativa, voltaram a governar os seus estados e aceitar a derrota, o Governador da Paraíba volta a Presidir o Estado e continua a tentar resolver o empasse com a cidade de Princesa Isabel.

O Presidente João Pessoa estava governando o estado quando foi morto em Recife, na confeitaria Gloria, por João Duarte Dantas, família pela qual sofreu várias investidas como atos administrativos, prisões e perseguições, em razão da proximidade com José Pereira e João Suassuna. A morte de João Pessoa foi, na

¹⁰⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pagfis=46279>. Acessado em 20 de abril de 2019.

¹⁰⁷ O resultado parcial do pleito na Parahyba. *A União*, João Pessoa, 1930, nº50. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/marco/a-uniao-03-03-1930.pdf/>. Acesso em: 20 de mai.2020.

¹⁰⁸ SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.355.

verdade, um auxílio para a Aliança Liberal que procurava uma forma para iniciar uma Revolução e culpavam o então Presidente Nacional pela morte, passando então a gerar, nos meses subsequentes, a Revolução de 1930.

Havendo o início da revolução de 1930 em vários estados, na Paraíba, a elite entusiasmou o povo na busca pela saída de Washington Luís e a população foi para a rua fazer movimentos, reivindicando a saída do Presidente Nacional, assim como soldados armados buscavam ter o controle dos estados deixando o governo sem condições de governar o país.

Na cidade de Sapé celebrou festivamente o início da revolução, foram fechados todo o comércio local e o povo foi para as principais ruas da cidade, gritava os nomes de autoridades estaduais e locais, havendo discursos e inauguração da foto de João Pessoa no prédio do Conselho Municipal.

Além disso, houve ainda uma grande festividade na cidade em comemoração à revolução no dia quatro de novembro de 1930 noticiada pelo jornal *união*¹⁰⁹. Começando a quatro horas da madrugada com queima de vinte e um tiros e, às dezesseis horas, com a saída de praça com o nome em homenagem a João Pessoa de uma passeata com uma grande multidão, autoridades locais e pessoas ligadas ao governo do estado. As escolas do município, com todo um simbolismo, colocando bandeiras brancas e vermelhas na frente das residências. Além disso, eram tocadas músicas pela banda do município, e entoaram os nomes das autoridades locais, entre o nome de João Pessoa e do coronel Gentil Lins, com a ideia de valoroso e destemido guia no pleito que tinha acontecido em março, na cidade de Sapé.

4.1 Pós-revolução de 1930

A historiografia nos remete ao fim do coronelismo a partir de 1930. Era o fim da política de parentela no Brasil, dos chefes locais. Se a partir da revolução há a queda da Primeira República, buscava-se o enfraquecimento das oligarquias coronelísticas, e a nomeação de Anthenor Navarro (1930-1932) tinha essa ideia de

¹⁰⁹ A Vibração do Povo de Sapé pela Victoria da Revolução. *A União*, João Pessoa, 1930, nº259. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/novembro/a-uniao-08-11-1930.pdf/>. Acesso em: 21 de mai.2020.

dissolver a força da oligarquia existente na Paraíba, como expõe Marta Maria Falcão:

Em sintonia com os postulados tenentistas, procurou dismantelar as forças oligárquicas e extinguir os seus currais eleitorais, colocando, nos 39 municípios paraibanos, prefeitos estranhos ao meio, de preferência, oficiais da Polícia Militar que havia atuado nas tropas legalistas contra os rebeldes de Princesa, ou remanescentes da Aliança Liberal.¹¹⁰

Então, a ideia do governo federal era perpassar o governo do estado, a tentativa de derrubar as oligarquias locais e fazer as nomeações dos interventores nos municípios sem qualquer opinião ou sugestão dos coronéis, na tentativa de extinguir os currais eleitorais desses coronéis.

Nota-se que o coronel Gentil Lins continuou com a aproximação ao Governo do Estado, enviando telegrama com finalidade de cumprimentar a nomeação de Anthenor Navarro como interventor do governo na Paraíba. Alguns dias após o envio de telegramas, o Jornal União¹¹¹ mostrava que o coronel Gentil Lins havia visitado o então governador como Chefe político de Sapé, seu pedido de isenção de imposto sobre o prédio na Rua Epitácio Pessoa, na capital do estado, foi deferido pelo governo do estado.

Acrescento que a escolha do prefeito de Sapé, o senhor Epaminondas Montezuma de Menezes, não há informação se foi escolhido pelo coronel Gentil Lins, porém a nomeação de seu genro, Abílio Costa como Vice-Prefeito de Sapé, foi efetivada, mostrando seu vínculo com o governo do estado, mesmo quando, neste período, há uma verdadeira busca em acabar com o poder dos coronéis.

Além disso, para mostrar sua força política na cidade, neste período, podemos relacionar a visita do coronel Gentil Lins na reunião do Conselho Municipal de Sapé, em maio de 1930, sendo o articulador da apresentação aos membros do conselho de um projeto para a construção do mercado público da cidade, sendo este o responsável pela execução da obra. O conselho apreciou e informando ser o único a apresentar o projeto e, estando de acordo com as exigências do clima do município, estava sendo aprovado por unanimidade. Ao poder executivo ficou a autorização não só da concessão para a construção do mercado público, como

¹¹⁰ SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. *Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940*, João Pessoa, 1999. P.76.

¹¹¹ Notas do Palácio. *A União*, João Pessoa, 1930, nº269. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/novembro/a-uniao-21-11-1930.pdf/>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

também, da possibilidade da exploração por 30 anos, podendo ser estendida para os herdeiros e sucessores.¹¹²

Assim como o coronel Gentil Lins continuou com sua liderança política na região, respondendo pela transferência de votos e divulgando os resultados das eleições, enviando as notícias do resultado das eleições de 1933 na urna do município pelo Jornal União¹¹³. Como também continuou a barganha do governo por benefícios que solicitou. No caso, o coronel solicitou e recebeu deferimento dos requerimentos sobre redução de impostos em 50% do governo do estado, como expõe o Jornal a União¹¹⁴.

Pelo Governo Federal, através do Ministério da Aviação, o Coronel Gentil Lins conseguiu aprovação de um projeto de construção de açude Engenho Novo, como apresenta o Jornal Diário da Noite do estado do Rio de Janeiro:

O ministro da Viação resolveu aprovar o projecto e respectivo orçamento, na importância de 95:713\$448, referentes ao açude “Engenho Novo” que Gentil Lins pretende construir no município de Pedras de Fogo, no E. da Parahyba do Norte, bem como autorizou o início da Construção.¹¹⁵

Inegavelmente, o coronel continuava com sua influência, chegando até a trazer benefícios para o município de Pedras de Fogo que foi a concessão para a construção do açude, porém, como é visto, esse açude seria construído nas propriedades e próximo ao engenho do coronel Gentil Lins, sendo o mesmo o maior beneficiado do projeto, quando concluído.

Em 1931, o Coronel Gentil Lins tem a iniciativa de construir o Campo de Aviação, medindo mil metros quadrados, sendo o então senhor Fernando Pedrosa, que exportava algodão em Natal, que aconselhou a construção, sendo o próprio Fernando a fazer a inauguração, vindo de Natal em seu avião particular, conforme o jornal união:

¹¹² Primeiro Livro de Ata de 1925 a 1949 da vila de Sapé. Reunião Ordinária do Conselho Municipal em 1930.

¹¹³ O Pleito de ante-ontem. *A União*, João Pessoa. nº100. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1933/maio/a-uniao-05-05-1933.pdf/>. Acesso em: 11 de mai. 2019.

¹¹⁴ Parte Oficial. *A União*, João Pessoa, 1932, nº152. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1932/julho/a-uniao-05-07-1932.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

¹¹⁵ Vae ser construído mais um açude no Estado da Parahyba do Norte. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ano 1930, nº 00184. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pagfis=103. Acesso em: 20 de Abr. 2019.

Campo de aviação de Sapé O Cel. Gentil Lins, influente político no município de Sapé, acaba de construir allí, as suas custas, vasto campo de aviação. Por esses dias aquelle nosso prezado amigo offerará o campo á Prefeitura local, a fim de que a mesma tome sua direcção. O novo aeródromo mede mil metro quadrados. Construindo-o, teve em vista o cel. Gentil Lins attender a uma suggestão do capitalista, sr Fernando Pedrosa, grande exportador de algodão em Natal, que inaugurará o campo pessoalmente, vindo daquela cidade em seu avião particular.¹¹⁶

Ao construir o campo de aviação, o coronel Gentil Lins teve o interesse de entregá-lo ao governo municipal e o fez, durante a visita, na inauguração, do então Interventor do Estado, Anthenor Navarro. Em reunião, na prefeitura, foi instalado o Aero Club da Paraíba, tendo por aclamação o interventor como presidente e o próprio Anthenor Navarro escolheu o Coronel Gentil Lins como seu vice presidente, assim foi fundado o Aero Clube da Paraíba na cidade de Sapé, como mostra no jornal União:

[...] Desta capital viajou, em companhia do dr. Adhemar Vidal, a fim de assistir ao acto, o sr interventor federal dr. Anthenor Navarro, allí chegando as 8:30. As nove horas foi avistado o aparelho pilotado pelo commandante Djalma Petit, procedente de Natal, que vinha acompanhado do sr. Fernando Pedrosa, o qual após algumas evoluções sobre a cidade, desceu no campo, sendo os aviadores recebidos pelo sr. Interventor federal, prefeito da cidade, cel Gentil Lins[...].Trocando os cumprimentos e commandante Djalma Petit convidou o interventor dr. Anthenor Navarro a voar no seu avião a fim de inaugurar o campo oficialmente, levantando voo e fazendo varias evoluções. Após, o cel. Gentil Lins também realizou um vôo, tendo em seguida todos se encaminhado para o edifício da Prefeitura[...]. Na reunião da Prefeitura foi fundado o “Aero Club da Parahyba”, tendo sido aclamado presidente o sr. Interventor Anthenor Navarro que, acceitando o cargo, escolheu para vice-presidente o cel. Gentil Lins.¹¹⁷

Em 1933, o próprio José Américo, que liderava o Partido Progressista na Paraíba, em sua listagem de nomes para os diretórios municipais, contava com apoio de Gentil Lins para a fundação do Partido Progressista em Sapé, sendo o presidente e representava Sapé nos congressos estaduais.

¹¹⁶ Campo de aviação de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1931, nº38. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1931/fevereiro/a-uniao-15-02-1931.pdf/>. Acesso em: 20 de mai.2020.

¹¹⁷ A inauguração do Campo de Aviação de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1931, nº61. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1931/marco/a-uniao-15-03-1931.pdf/>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

No início do mês de fevereiro de 1935, o Jornal União na primeira página, noticiava a inauguração do matadouro público de Sapé¹¹⁸ com a presença do então interventor do Estado, o senhor Argemiro de Figueiredo, a convite do Prefeito de Sapé o senhor, Pedro de Oliveira.

Porém, ao contrário da normalidade das visitas de costume já vistas, não se teve uma recepção na casa do prefeito ou se foi diretamente ao prédio da inauguração para a solenidade. O jornal união informa que o interventor, ao chegar em Sapé, foi à propriedade do coronel Gentil Lins onde o mesmo o recebeu para um almoço, com pessoas próximas ao coronel. Neste almoço que, aparentemente, tinha características políticas, havendo até comemoração com champanhe, nas falas das autoridades presentes, o prefeito e o governador se dirigiram ao proprietário da residência, colocando-lhe como político leal. Foram as mais cordiais homenagens.

Após o almoço, toda a comitiva foi inaugurar o prédio do matadouro. Na fala do prefeito de Sapé foi enaltecido novamente o nome do coronel Gentil Lins, como um homem que lutava pela prosperidade de Sapé. A presença do coronel Gentil Lins na inauguração ainda era de representação ao deputado federal e ex-interventor do estado, o senhor Gratuliano Brito.

Além disso, no início do mês de agosto, havia uma busca por nomes para a eleição municipal de 1935, sendo escolhido, pelo Partido Progressista, o nome do coronel Gentil Lins ao cargo de Prefeito. Seu nome foi escolhido porque era uma figura que tinha grande ligação com facções política na região e no estado. O partido logo enviou telegrama para o governo do estado informando da escolha do nome do coronel. Porém, no dia 28 de agosto o partido teve a notícia do falecimento do coronel.

O falecimento do coronel Gentil Lins teve repercussão nos jornais do Rio de Janeiro, Pernambuco e da Paraíba.

O jornal União, na edição do dia 29 de agosto¹¹⁹ na sua primeira página noticiava o falecimento do um grande político e industrial. O corpo do coronel Gentil Lins estava sendo velado na capital com a presença do ilustre governador da Paraíba, o arcebispo metropolitano do estado, entre outros que compareceram. O

¹¹⁸ Inauguração do Matadouro de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1935, nº37. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/fevereiro/a-uniao-13-02-1935.pdf/>. Acesso em: 21 de mai.2020.

¹¹⁹ O Fallecimento, Hontem, do Sr. Gentil Lins. *A União*, João Pessoa. 1935 nº192. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/agosto/a-uniao-29-08-1935.pdf/>. Acesso em: 20 de abr.2019.

comercio da cidade de Sapé foi fechado após a notícia de seu falecimento e o corpo seguiu da capital passando pelas principais ruas das cidades de Cruz do Espírito Santo e Sapé, seguindo para o cemitério da cidade de São Miguel de Taipu.

O Jornal União¹²⁰ mostra que o diretório municipal telegrafa ao governo do estado paraibano informando sobre a busca pela substituição do nome de Gentil Lins ao cargo de candidato a Prefeito de Sapé e comunica que havia tomado a decisão de substituir pelo nome de José Vieira Lins, filho do Coronel Gentil Lins. No telegrama enviado, o motivo da escolha do nome de José Vieira era uma homenagem à memória do coronel Gentil Lins. Assim como foi colocado o nome de Adhemar Vidal para ficar como o líder do partido na cidade de Sapé, com o mesmo propósito de homenagear o coronel Gentil Lins.

Outro fato interessante foi que, depois da morte do Coronel Gentil Lins, foi levada para a Assembleia Legislativa como mostra o Jornal União¹²¹, uma ideia para a mudança do nome da cidade de Sapé para o nome do Coronel Gentil Lins. Tal Pedido teria partido de alguns correligionários que, possivelmente, acompanhavam o coronel.

Seu inventario começou em 1935, no fórum da cidade de Sapé. Porém, depois houve várias audiências para sua conclusão, que terminou sendo encaminhado, em 1939, para o Tribunal de Justiça da Paraíba. Baseado na informação, este processo poderia está anexado em outro processo, havendo uma busca pelo autor, em outros processos de familiares, porém não obtive êxito.

5. Consideração Final

Este trabalho examinou a trajetória do coronel Gentil Lins, através da sua relação de poder, econômica, política e familiar no período de 1910-1935, partindo das informações obtidas nos jornais dos referidos períodos, como também, através de obras que citavam o objeto de estudo.

Foi analisado o conceito de coronelismo, mandonismo e clientelismo do ponto de vista dos autores Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho, que mostraram

¹²⁰ Política dos Municípios. *A União*, João Pessoa, 1935, nº 195. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/setembro/a-uniao-01-09-1935.pdf/>. Acessado em: 13 de mai. 2020.

¹²¹ Assembléa Legislativa. *A União*, João Pessoa, 1935, nº 287. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/dezembro/a-uniao-24-12-1935.pdf/>. Acesso em 13 de mai. 2020.

que o coronelismo se estendeu do início na Primeira República até a Revolução de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Assim como a oligarquia paraibana a partir da transição para a oligarquia Epitacista, que Epitácio liderou até o final da Primeira República em 1930. O coronel Gentil Lins apareceu neste sistema da oligarquia Epitacista, como chefe local, a partir de então, recebeu amplos favorecimentos, passando desde a década de 1910 até 1930 como aliado de Epitácio Pessoa.

O coronel Gentil Lins trabalhou com a ideia de modernização industrial na implantação da usina Bonfim, pelo antigo engenho que estava em decadência, sendo o primeiro, na região, a fundar a usina com recursos próprios, sem investimentos estrangeiros. O coronel tentou buscar apoio de todos da família Lins, na região do vale do rio Paraíba, para esta fundação.

Como chefe local, teve seu nome ligado à política da cidade de Cruz do Espírito Santo e, depois, passando para a cidade de Sapé. Foi apoiador da candidatura de João Suassuna para presidente do estado da Paraíba, após a eleição recebendo do presidente a informação da emancipação política de Sapé em 1925, sendo escolhido para exercer o mandato de primeiro prefeito de Sapé, entre 1925 ficando até 1929. O coronel Gentil Lins, ao deixar o cargo, permaneceu como chefe local, porém, a partir de então, passou a se dedicar às suas atividades econômicas como sócio de empresas, que realizava serviços para o governo do estado.

Diante do exposto, percebe-se que a metamorfose do coronel Gentil Lins nos é mostrada como um coronel a frente de seu tempo, sua busca em se adaptar, fazendo dele um coronel com atitudes diferentes de outros coronéis da época, que se adaptou às mudanças econômicas pelas quais passava o Brasil nesse período.

Portanto, devemos lembrar que o coronel Gentil Lins dispusera de três engenhos com vastas terras, um deste foi transformado em uma usina, outros recursos de investimentos financeiros do coronel seriam as sociedades, com empresas de abertura e conservação de estrada, e a empresa de energia elétrica. Sua ligação política, em parâmetros locais, como sua força no poder estadual. Podemos dizer que tudo isso fez do referido coronel uma figura de grande poder na região do vale do rio Paraíba.

Com a Revolução de 1930 e as mudanças geradas pelo Presidente Getúlio Vargas, com a indicação sobre sistema do coronelismo que deveria ficar cada vez

mais desfavorecido, e os governadores deveriam abandonar o sistema de troca de favores com os coronéis, foi visto que o coronel Gentil Lins não sofreu com esta iniciativa do governo, continuou com sua influência local da mesma forma, sem quaisquer problemas.

Portanto, o coronel Gentil Lins firmou-se, na região, por quase três décadas como chefe local, político e com empreendimentos privados. Sua ligação política com proximidades com os governadores estaduais, assim como seus empreendimentos, que estava a trabalhar para o governo dos presidentes, nestas décadas, que gerava para si um favoritismo na região. Foi assim que o coronel Gentil Lins ficou em meio à decadência do coronelismo, sempre ligado a elementos que o transformava em um homem avançado em seu domínio local.

O coronel Gentil Lins trabalhou com o algodão e seu descaroçamento, com a plantação de cana de açúcar, produção e comercialização. Seu caminho no meio privado nos leva a observar que o referido coronel seguiu o caminho diferente de alguns coronéis.

O coronel Gentil Lins reproduziu as práticas mencionadas pelos autores Leal e Carvalho sobre as práticas clientelistas e mandonistas, no período da Primeira República. Tais práticas beneficiaram o coronel, refletidas nos privilégios vindos da política dos governadores que contribuía com as trocas de favores gerando a reciprocidade entre eles. Após revolução de 1930, o coronel Gentil Lins, em nenhum momento, foi prejudicado ou perseguido pelas suas práticas, continuando com os mesmos benefícios e práticas e passando de chefe local, para ser conhecido como chefe partidário.

Eram práticas de interesses mútuos que geravam privilégios. O coronel Gentil Lins procurou se privilegiar através do clientelismo, quando em seu apoio político na região transferia os votos para o governo, em retribuição recebia em troca cargos públicos para distribuir para familiares e amigos e favores como a admissão de empresas, em que ele era sócio, para realizar serviços para o estado.

Já em suas práticas como chefe local, podemos avaliar a partir de seu poder econômico e político, assim como sua imagem como grande proprietário de terras na várzea do Paraíba, que obtinha, desta forma, controle da população local exercendo, assim, sua influência.

Referências

Fontes

Anuário Estatístico da Parahyba do Norte, 1916. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1916pb/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 20 de abr.2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Aspecto da Economia Rural Brasileira. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/aspectosdaeconom00braz>. Acesso em: 03 de jan. 2020

Câmara Municipal de Sapé: Primeiro Livro de Ata de 1925 a 1949 da vila de Sapé.

Hemeroteca Digital – Jornais

Pleito municipal do Espirito Santo. *O Norte* Jornal Independente e Noticioso, Paraíba. Ano 1913, nº1346. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=2877>. Acesso em: 20 de abr. de 2019

Congratulações dos amigos, Espirito Santo. *O Norte* Jornal Independente e Noticioso, Paraíba. Ano 1915, nº 203. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=5452>. Acesso em 20 de abr. 2019.

A feira semanal de Sapé. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 1920, n. 268. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=880. Acesso em: 20 de abr.2019.

O Norte no interior Sapé. *O Norte* Jornal Independente e noticioso, Paraíba, ano 1920, n 3.489. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=10172>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

O algodão no Nordeste. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 1920, nº 00488. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pagfis=3683. Acesso em: 20 de abr. 2019

O Tamarindo de Augusto dos Anjos Por José Lins do Rego. *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, ano 1938, n 120. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=183245&pesq=&pagfis=5678>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

Instituto do Açúcar e do Alcool, *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, ano 1944,n 1.Disponivel em :<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=002534&pesq=&pagfis=12590>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

O sr. Coronel Gentil Lins já recebeu o orçamento da Usina Pau d'arco. O Norte Jornal Independente e Noticioso, Paraíba, ano 1914, n 1.830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=5205> Acesso em: 02 de mai. 2019.

Telegrammas, O Norte Jornal Independente e noticioso, Paraíba, ano 1921, nº3760. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=11141>. Acesso em: 20 de abr.2019.

Recebedoria e renda, O Jornal, Paraíba, ano 1923, nº 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=169870&pagfis=1124>. Acessado em: 20 de abr. 2019.

Política da Parahyba e de Alagoas – O sr. Propicio deixará a Prefeitura da Bahia. A RUA, Rio de Janeiro, ano 1918.n 73. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=236403&pesq=&pagfis=6026>. Acesso em 02 de mai. 2019.

Em 1870 apareceu em terras paraibanas o 10. Automóvel. O Norte, João Pessoa. Nº1491. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&pagfis=17928>. Acesso em 20 de abr. 2019.

Quedas d' agua do Nordeste. Diário de Pernambuco, Recife, ano 1928, n 187. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&pagfis=24123. Acesso em 20 de abr. 2019.

O "Diário" da Paraíba. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 1921, n. 97. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_10&pagfis=3561. Acesso em 27 de jun. 2019.

Espirito Santo. ANNUARIO Administrativo, Agrícola, profissional, Mercantil e Industrial - Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, ano 1915-1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pasta=ano%20192&pagfis=61072>. Acessado em: 27 de jun.2019.

A sucessão Parahybana. *A Província*, Recife, ano 1924, nº117. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pagfis=11160. Acesso em: 20 de abr. 2019.

A Instalação do Município de Sapé. *A União*. Paraíba,1926, Nº2. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acesso em 20 de mai. 2019.

A instalação do município de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1926, Nº 02. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acessado em: 22 de abr. 2020.

Uma estrada na Parahyba. *A Manhã*, Rio de Janeiro nº 00656. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pesq=&pagfis=4436>. Acessado em 20 de abr. 2019.

Informações Diversas. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano 1927, n 9.973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=30913. Acesso em: 02 de mai. 2019.

Diversas Notas, Engenho Pacatuba, *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, nº1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=002534&pasta=ano%20193&pagfis=5851>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano 1928, n 10.233. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=34535. Acessado em 19 de abril de 2019.

Eleição presidencial parahybana , *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1928.nº 10269 Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=35239. Acessado em 20 de abril de 2019.

A Parahyba Vae ter um banco do Estado. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 1928, n. 6.149. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pagfis=24593. Acesso em 26 de maio de 2019.

A Parahyba de Luto. *Jornal do Recife*, Pernambuco, ano 1929, n. 244. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=108790>. Acesso em 20 de abril de 2019.

Vae ser construído mais um açude no Estado da Parahyba do Norte. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, ano 1930, nº 00184. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pagfis=103. Acesso em: 20 de Abr. 2019.

Jornal A União. Imprensa Oficial do Governo da Paraíba.

A Instalação do Município de Sapé. *A União*. Paraíba,1926, Nº2. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acesso em 20 de mai. 2019.

A instalação do município de Sapé. *A União*, João Pessoa, 1926, Nº 02. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1926/janeiro/a-uniao-03-01-1926.pdf/>. Acessado em: 22 de abr. 2020.

Ministério da Agricultura. *A União*, João Pessoa,1932, nº 82. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1932/abril/a-uniao-10-04-1932.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

A sucessão presidencial. A *União*, João Pessoa, 1928, Nº105. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/maio/a-uniao-15-05-1928/>. Acesso em 20 de mai. 2020.

O Município Do Sapé contribuiu com 340\$000. A *União*, João Pessoa, 1930, nº150. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/julho/a-uniao-01-07-1930.pdf/>. Acesso em 20 de mai. 2020.

A excursão da Caravana “Mathias Freire”, Dois vibrantes comícios liberaes em Santa Rita e Espírito Santo. A *União*, João Pessoa, 1930, nº34. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/fevereiro/a-uniao-11-02-1930.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

A Vibração do Povo de Sapé pela Victoria da Revolução. A *União*, João Pessoa, 1930, nº259. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/novembro/a-uniao-08-11-1930.pdf/>. Acesso em: 21 de mai.2020.

Notas do Palácio. A *União*, João Pessoa, 1930, nº269. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/novembro/a-uniao-21-11-1930.pdf/>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

O Pleito de ante-ontem. A *União*, João Pessoa. nº100. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1933/maio/a-uniao-05-05-1933.pdf/>. Acessado em: 11 de mai. 2019.

Parte Oficial. A *União*, João Pessoa, 1932, nº152. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1932/julho/a-uniao-05-07-1932.pdf/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

Campo de aviação de Sapé. A *União*, João Pessoa, 1931, nº38. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1931/fevereiro/a-uniao-15-02-1931.pdf/>. Acesso em: 20 de mai.2020.

A inauguração do Campo de Aviação de Sapé. A *União*, João Pessoa, 1931, nº61. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1931/marco/a-uniao-15-03-1931.pdf/>. Acesso em: 21 de mai. 2020.

Inauguração do Matadouro de Sapé. A *União*, João Pessoa, 1935, nº37. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/fevereiro/a-uniao-13-02-1935.pdf/>. Acesso em: 21 de mai.2020.

O Fallecimento, Hontem, do Sr. Gentil Lins. A *União*, João Pessoa. 1935 nº192. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/agosto/a-uniao-29-08-1935.pdf/>. Acesso em: 20 de abr.2019.

Política dos Municípios. A *União*, João Pessoa, 1935, nº 195. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/setembro/a-uniao-01-09-1935.pdf/>. Acessado em: 13 de mai. 2020.

Assembléa Legislativa. *A União*, João Pessoa, 1935, nº 287. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1935/dezembro/a-uniao-24-12-1935.pdf/>. Acesso em 13 de mai. 2020.

Poder Judiciário do Município de Cruz do Espírito Santo: Inventário post-mortem nº 55, setembro 1910. Juízo Municipal do Termo da Villa do Espírito Santo.

Poder Judiciário do Município de Sapé: Inventário post-mortem, janeiro 28 de 1932, Juízo Municipal do Termo de Sapé da Comarca de Mamanguape. Alice Viera Lins.

Bibliografia

ANDRADE, Gilberto Osório de Andrade. **Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental III: O Rio Paraíba do Norte**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online]. 1997, vol. 40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003. Acessado em 20 de abr. 2019.

FERREIRA, Juraci Marques. **O Processo histórico de Sapé (1757-2012)**. João Pessoa: Ideia, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**; tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINS, Cavalcante de Albuquerque Bandeira. **Gente do Taipu os Lins Cavalcanti de Albuquerque desde remotos ancestrais medievais até a morte de Jose Lins do Rego**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.v.1.

MAIA, Sabiniano Alves do Rego. **Sapé Sua História Suas Memórias**. João Pessoa: A União, 1985.

MAGALHÃES Júnior, Raimundo, **Poesia e vida de Augusto dos Anjos**. 2.^a ed. Corrigida e aumentada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Revolução estatizada; um estudo sobre a formação do centralismo em 30**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

OLIVEIRA, Viana. **Instituições políticas brasileiras**, Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PESSOA, Epitácio Lindolfo da Silva. **Na política da Paraíba: (2ª fase: 1912-1935)**, volume 15, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1962.

PINTO, Luiz. **Síntese Histórica da Paraíba**. Gráfica Ouvidor. 1960.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa poder privado x poder instituído**. São Paulo: Editora brasiliense.1981.

RODRIGUES, Inês Caminha. **A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1989.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**, João Pessoa, 1999.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba 1920-1962**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1990.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da, et al. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1999.

TAVARES, João de Lyra. A Parahyba volume II 1909, Imprensa oficial Parahyba – 1910. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=vpl9AQAAMAAJ&dq=joao%20de%20lyra%20t+avares&hl=pt-BR&pg=PT16#v=onepage&q=joao%20de%20lyra%20t+avares&f=false>. Acesso em 20 de jan. 2020.

VIDAL, Ademar. 1930: **História da Revolução na Parahyba**, Companhia editorial nacional, 1933, p.65.

VIDAL, Ademar. **O Outro Eu de Augusto dos Anjos**. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1967.